



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2002, da CRA, de autoria do Senador Bendito de Lira, aprovado em 17/05/2012, com adendo do Senador Sérgio Souza por meio do Requerimento nº 34, de 2012, aprovado em 08/11/2012, com a finalidade de debater o setor sucroalcooleiro no Brasil, com as presenças dos seguintes convidados: Sr. Antonio de Padua Rodrigues, Diretor-Presidente Interino - União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica); Sr. Luiz Custódio Cotta Martins Coordenador - Fórum Nacional Sucroenergético (FNS); Sr. Pedro Robério de Melo Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçucar/AL); Srª Maria Christina Pacheco, Vice-Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana/SP); Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, seja bem-vindo! É um prazer tê-lo conosco. Sr. José Gerardo Fontelles, Secretário de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Seja bem-vindo!

Todos sejam bem-vindos à nossa audiência pública! Prazer tê-los conosco.

Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, é com satisfação que recebemos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado os representantes do setor sucroalcooleiro – empresários, produtores de cana-de-açúcar e os formuladores de políticas públicas e gestores do Governo Federal – para analisar a situação do setor e discutir medidas que possam auxiliar seu desenvolvimento.

O bom desempenho do setor sucroalcooleiro, que representa 12% do PIB do agronegócio brasileiro e 2% do PIB nacional, é fundamental para a economia do País, para a segurança alimentar e para o equilíbrio da nossa política energética com a produção de biocombustíveis.

A cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro é complexa e engloba desde a produção de sementes, fertilizantes e máquinas agrícolas, passando pela operação nas unidades agropecuárias de estudos e pesquisas, distribuição e comercialização dos produtos. O setor gera mais de 4,5 milhões de empregos e, atualmente, vive uma perspectiva positiva com a recuperação de canaviais – e estamos na expectativa de saber o quanto ele poderá crescer nos próximos anos.



Entre as mais competitivas do mundo, as usinas sucroalcooleiras do Brasil têm apontado a falta de subsídio e apoio como os principais fatores que inibem o crescimento dos seus negócios. Mesmo com altos custos de produção e de cultivo da terra e da competitividade internacional, o setor reúne muitas qualidades e grande capacidade de expansão. Isto porque, com a experiência acumulada na produção do etanol, o Brasil criou um programa de diversificação para a indústria sucroalcooleira, o que possibilitou a ampliação da área plantada de cana-de-açúcar e, por decorrência, a implantação de inúmeras destilarias de etanol anexas às usinas de açúcar.

O Brasil é pioneiro e líder nesse setor, mas, atualmente, sofre algumas ameaças externas, como a entrada das empresas multinacionais e o acirramento da competição com o mercado norte-americano.

Diante desse cenário, que será discutido em profundidade aqui nesta audiência, defendo uma estratégia de fortalecimento da produção e da indústria nacional, inclusive abertura para o cultivo de cana-de-açúcar nas áreas de Cerrados, nos Campos Gerais da Amazônia Legal, de acordo com o zoneamento agroecológico da região, conforme previsto no PLS nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, aprovado recentemente nesta Comissão.

O plantio de cana-de-açúcar na Amazônia foi restringido pelo Decreto nº 6.961, de 2009, resultando em prejuízos e na possível paralisação de empreendimentos importantes, como as destilarias de álcool nos Municípios de Cerejeiras e Primavera, em Rondônia.

A usina de açúcar e álcool de Primavera (RO) foi implantada em 2004, com uma capacidade de moagem de 10 mil toneladas de cana/ano. Já a usina de Cerejeiras, entrou em operação em 2007, e após 2 anos em operação começou a passar por dificuldades por conta das restrições impostas pelo Decreto nº 6.961, de 2009. A continuar tal situação, mais de 300 funcionários perderão os seus empregos, e a economia da região será prejudicada pela falta de investimentos no setor.

Alguns Estados da Amazônia, como Rondônia e Pará, têm tudo para ser grandes potências agrícolas, sustentada em um zoneamento agroecológico que leva em conta a diversidade e as características de cada Estado. Nesse sentido, a produção de cana-de-açúcar, nas áreas já transformadas de Cerrado e nos Campos Gerais da Amazônia, pode ser mais uma alternativa de renda para os nossos agricultores, proporcionando um incremento importante na produção de biocombustível do nosso País.

Agradeço a presença, mais uma vez, dos nossos convidados e também o Senador Sérgio Souza aqui presente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Recebi um comunicado especial da Senadora Ana Amélia, que nunca deixou de estar presente, mas, hoje, por motivo de força maior – um compromisso externo –, ela se faz ausente hoje, acredito que pela primeira vez, mas justificando aqui a sua ausência, pedindo desculpas aos nossos convidados, tendo em vista compromisso externo.

Pela ordem, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero agradecer a presença de todos os senhores que trabalham e fazem o etanol no Brasil.

Nós havíamos também feito um adendo a esse requerimento para que o Brasbio estivesse presente. No entanto, como esta é uma audiência especificamente do setor sucroalcooleiro, nós retiramos esse adendo e, ontem, aprovamos aqui na Comissão o requerimento para fazermos, na próxima quinta-feira, uma audiência pública exclusiva, Dornelles, para subsidiar os trabalhos quanto ao marco regulatórios dos biocombustíveis, que será no próximo dia 28 aqui nesta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Antes de passarmos a palavra aos nossos convidados, informamos que a CRA recebeu um pedido, e o enviou para a Casa Civil, para a Ministra Gleisi Hoffmann, acerca de manifestação sobre a edição de Medida Provisória permitindo a aquisição pela Conab do milho produzido no Nordeste.

Passo a ler o Ofício aprovado por esta Comissão e enviado à Casa Civil:

Sr^a Ministra,

Com referência aos Ofícios Circulares nºs 17 e 18/2012, subscrito pelo Sr. Eduardo Salles, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura, recebido pelo Ex^{mo} Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado, e despachado a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, informamos que foi deliberado na reunião da CRA, de 01/11/2012, pelo apoio ao pleito do Conseagri, no sentido da edição de Medida Provisória permitindo à aquisição pela Conab do milho produzido na Região Nordeste, de modo a viabilizar o Programa Venda em Balcão, conforme exposto nos referidos Ofícios em anexo.



Informo que nós recebemos a resposta, também em Ofício da Casa Civil, que diz o seguinte:

Ex^{mo} Senador,
Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício nº 245/2012-CRA, por meio do qual V. Ex^a informa o apoio da CRA ao pleito do Conseagri de edição de Medida Provisória que permita a aquisição de milho produzido na Região Nordeste para o Programa Vendas em Balcão, para informá-lo que o referido Ofício foi remetido à análise e manifestação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja resposta V. Ex^a deverá ser oportunamente informado.
Atenciosamente,
Luiz Alberto dos Santos–Subchefe da Casa Civil.

Portanto, informamos V. Ex^{as} a resposta, oportunidade em que agradecemos a presteza da Ministra Chefe da Casa Civil em manter-nos informados do despacho do nosso pedido.

Iniciamos, então, os nossos trabalhos.

Passo a palavra ao Dr. Antonio de Padua Rodrigues, Diretor-Presidente Interino da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica).

O senhor tem 15 minutos para a sua explanação. Se precisar de mais tempos não há problema.

O SR. ANTONIO DE PADUA RODRIGUES – Está o.k. Vou precisar de um pouco mais de tempo sim.

Bom dia a todos e a todas.

Parabenizo a iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sob a Presidência do Senador Acir.

Agradeço a participação e o convite do Senador Sérgio Souza e demais Senadores e Deputados presentes.

A minha apresentação será para falar um pouco da situação atual do setor, de como ele está nesse momento, e um pouco sobre propostas de políticas públicas para resolver esse problema, especificamente no que diz respeito à questão do etanol em nível de País.

Próxima.

A primeira pergunta que se faz é, de fato, o que aconteceu com a produção dos últimos 4 anos, e qual é a situação atual da cadeia produtiva do etanol?

Próxima.

Procurando responder à pergunta, nós temos aí muito claro que no período 2000/2008, houve crescimento na oferta de cana da ordem de 10% ao



ano. Evidentemente que esse crescimento foi impulsionado a partir de 2003 com o lançamento dos veículos *flex*.

Vê-se claramente que nós saímos, em 2000, com um pouco mais de 250 milhões de toneladas de cana, chegando, na safra 2008/2009, em mais de 500 milhões de toneladas de cana. Ou seja, o que o Brasil demorou em 500 anos, desde o Brasil Colônia, desde 1520, para chegar a 250 mil toneladas de cana, em uma década apenas o Brasil repete esse crescimento, chegando a esse patamar. E aí você vê claramente, a partir da safra 2009/2010, uma retração no crescimento da oferta de cana e até uma queda a partir da safra 2011/2012.

Próxima.

Isso, evidentemente, foi fruto de uma sinalização e de um ambiente positivo que havia no período 2003/2004 (*Pausa.*)

Vê-se claramente um ambiente positivo, favorável à ampliação da produção.

Vê-se que, em 2009, foram implantadas nove novas unidades produtoras, e iniciaram a moagem; em 2006, 19; em 2007, 25; 2008, 30; 2009, 21, e depois, a partir daí, você vê o fim da expansão, o fim da implantação de novas unidades produtoras. Então, nesse período, houve realmente em torno de 120 novas unidades produtoras, com uma capacidade de moagem na ordem de 3 milhões de toneladas de cana, com um investimento na ordem de US\$100 por tonelada de cana. Então, houve um maciço investimento na aquisição de bens e capital, na aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, na geração de emprego, e isso proporcionou aquele grande crescimento de oferta de etanol. E a partir desse momento, nós não temos nenhuma nova atratividade. Se formos procurar as indústrias de bens de capital que estão centralizadas basicamente no Município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, no Município de Sertãozinho e no Município de Jaboatão, nós vamos ver que as últimas encomendas de equipamentos de indústrias aconteceram antes de 2008. A partir de 2008/2009 não houve nenhum novo investimento, nenhuma nova encomenda de novas unidades produtoras. A partir de 2008, os investimentos detiveram-se na questão da diversificação. Aquelas usinas que não produziam açúcar passaram a colocar fábrica de açúcar para sobreviver. Aquelas usinas que não tinham cogeração de energia fizeram investimento na cogeração de energia. E aquelas usinas que não produziam anidro fizeram um investimento na produção de etanol anidro, mas não houve investimento.

Próxima.

Evidentemente vem um processo de dificuldade em que o endividamento vai crescendo, e o setor é uma atividade, porque tudo o que recebe, necessariamente tem-se de voltar à atividade. Ao acabar de fazer o corte de carregamento de transporte, se não se investir na soqueira, quer dizer, no surgimento da planta, não adubar, não cultivar, não terá cana no ano seguinte. Quando termina a safra, se você não colocar a usina no chão, desmontá-la e, de



novo, fizer uma grande reforma para começar com uma boa indústria no próximo ano, você não tem máquina boa para fazer a moagem do ano seguinte. Ou seja, ela gera receita, mas, ao mesmo tempo, consome quase todo o faturamento no investimento e na manutenção das atividades.

Estas 41 unidades que fecharam, paralisaram a moagem a partir de 2005, evidentemente estavam com um nível de investimento cuja receita não era suficiente para manter a operação da atividade. E aí é que começa a consequência e a grande preocupação hoje do setor.

Próxima.

O setor hoje tem basicamente um sexto das unidades, algo próximo a 400 unidades que possuem uma dívida superior a R\$100,00 por tonelada de cana processada. Ou seja, a dívida dessas unidades é igual ao seu faturamento e não há geração de caixa para renovar canavial, para fazer uma reforma da usina. Então, a melhor alternativa desse pessoal evidentemente foi paralisar a moagem. E se esse cenário não for revertido, provavelmente este ano nós vamos ter também, de novo, uma quantidade enorme de usinas que não vão manter essa atividade. Se já fecharam 41, acredito que, em 2013, um bom número de unidades vão paralisar a sua moagem se não for feita alguma correção rápida na questão da precificação dos produtos da cana.

Próxima.

Nestas 41 usinas que paralisaram, nós perdemos uma capacidade de moagem da ordem de 32 milhões de toneladas de cana, algo como 13 mil empregos diretos e 32 mil empregos indiretos. Além disso, 37 unidades produtoras estão em recuperação judicial, algumas delas em processo de moagem – essas não estão paradas –, e nós tivemos, nesse mesmo período, requerimento de falência de 9 unidades produtoras. Então, o quadro caracteriza bem que uma parte do setor está com grandes dificuldades. Outras nem tanto, mas um grande número, diria que mais de 20% ou quase um terço, está num processo de difícil salvação e difícil recuperação da atividade nessas unidades produtoras.

Próxima.

Isso eu basicamente comentei, sendo que o impacto maior é nas cidades que dependem da atividade industrial. Estas cidades, como Sertãozinho e Piracicaba, dependem muito da questão dos equipamentos.

O que precisa ficar muito claro é que na indústria de bens de capital que faz equipamento para o setor sucroalcooleiro pouca possibilidade de diversificação existe. Só compra moenda quem processa cana. Só compra destilaria de álcool quem faz etanol. Só compra fábrica de açúcar quem faz açúcar. Então, é uma indústria muito focada e muito dedicada à questão de equipamento para a produção, para o processamento, para a produção de açúcar e etanol.

É uma indústria genuinamente nacional, mais de 95% dos bens são de origem nacional e são mais de 1.300 empresas produtoras. E hoje mais da



metade dessas indústrias de bem de capital estão paralisadas, estão fechadas pela falta de encomenda de novas unidades produtoras. Ou seja, operam com 50% de capacidade ociosa e uma queda expressiva no faturamento.

E essas empresas de bens de capital já desempregaram mais de 100 mil empregos diretos, trazendo problemas sérios aos prefeitos desses Municípios, que tentam, inclusive, dar apoio aos trabalhadores com saúde, com alimentação, em função do grande número de desemprego nesses Municípios bastante focados e dedicados à indústria de bens de capital.

E como eu havia comentado, não existem novas unidades para os próximos anos.

Próxima.

Na verdade, na safra passada, o consumo de cerca de 10 bilhões de litro de etanol foi, evidentemente, substituído pela gasolina. A partir do momento que você teve uma redução muito forte na oferta de etanol, e os proprietários de veículos *flex*, na falta de combustível, e aí o preço se eleva, a alternativa foi migrar para a gasolina.

Para cada litro de etanol consumido em média, nada mais, nada menos do que 1,7kg de CO₂ deixa de ser emitidos na atmosfera. Logo, nós tivemos a emissão de 20 milhões de toneladas de CO₂, mas poderiam ser evitados se tivéssemos aí maior proporção da utilização do etanol na matriz de combustível do Ciclo Otto.

Próximo.

O que aconteceu com as margens do setor produtivo de etanol?

Próximo.

Na verdade um dos parâmetros é evidentemente o aumento dos custos de produção. Nós saímos aí, na safra 2005/2006, de um custo da ordem de R\$40,00 por tonelada de cana. Este último, na safra 2011/2012, chega a R\$72,00 por tonelada de cana, evidentemente deveria ser R\$65,00 o normal. Os R\$72,00 são por que a produtividade foi muito abaixo da média histórica. Enquanto nós temos a média histórica de 85 toneladas de cana por hectare, a produtividade da safra 2011/2012 foi da ordem de 70 toneladas. Então, corrigindo a questão da produtividade, hoje, o custo da safra 2011/2012, não da safra hoje em curso, seria naturalmente da ordem R\$65,30 por tonelada de cana.

Próximo.

Evidentemente que os principais fatores de aumento de custo de produção nestes últimos 6 anos, sem dúvida alguma, o principal foi à questão do arrendamento de terra, a busca da expansão por novas áreas, por arrendamento, isso influencia o mercado de locação de terra, além disso, uma concorrência muito forte com outras culturas – hoje muito forte na questão do crescimento –, como a soja e outros produtos; a questão da mecanização; a questão dos insumos e a questão da mão de obra.



O setor tem por característica todo ano uma negociação salarial em que, além da correção dos índices de inflação, tendo preço ou não, sempre há um aumento real para o trabalhador em todas as classes, seja na atividade agrícola, seja na atividade de motorista, alimentação, químicos, mas é uma forma de preservar um bom nível de remuneração à classe dos trabalhadores.

Próximo.

Muito se questiona que o setor faz mais açúcar e deixa de fazer etanol.

É evidente que o empresário vai procurar fazer uma melhor renda para tentar sobreviver. Na hora que o etanol está dando prejuízo, e ele ver que o açúcar está remunerador, ele vai procurar fazer mais açúcar, não tem como.

Na verdade, nos anos 2007, 2008, 2009, o preço do açúcar – é aquela última coluninha, a roxinha aqui – foi menor do que o preço do etanol; aqui foi o preço médio da cana; aqui o preço do açúcar, e os dois do meio é o preço do etanol. Nessa safra aqui você vê que o preço do açúcar é muito parecido com o preço do etanol.

Aqui começa um processo onde o preço do açúcar é maior do que o preço do etanol. Enquanto a cana para o etanol foi pago a R\$40,00, para a cana do açúcar, R\$52,00, e para o agricultor, R\$46,00. Enquanto aqui o preço do açúcar, da cana para o açúcar, foi R\$63,00, o preço da cana para açúcar foi R\$50,00, proporcionou pagar ao agricultor R\$57,00. Ou seja, o açúcar sobrevive, financiou o déficit de preços do etanol. Quer dizer, se não fosse o açúcar, provavelmente, nós não teríamos nem essa oferta de cana que nós temos hoje. E muito mais claro aqui nesse processo.

Qual é a preocupação? A preocupação é que, nessa safra, o preço do açúcar, no mercado internacional, veio a patamares de US\$0,20 por libra-peso, e não vai ter mais preço do açúcar para financiar preço de etanol, cana para etanol. Ou seja, é uma safra que começa com riscos de aumento de endividamento muito mais forte.

Uma das medidas que pode melhorar esse processo é efetivamente a volta da mistura dos 25% do etanol anidro, que está previsto para o início da próxima safra. É uma forma de diminuir a pressão que nós estamos sofrendo, hoje, pela falta de sinalização, no mercado internacional, de que nós vamos retomar a volta da mistura. Isso tem feito e pressionado uma queda violenta nos preços do açúcar.

Próxima.

Evidentemente um dos fatores que contribuiu, além do aumento de custo de produção, um dos fatores que permitiu aquele investimento, no período 2004/2005 até 2008, era uma política de preços que havia para a gasolina, em que o preço crescia, o preço da gasolina crescia, em nível de refinaria. Você vê claramente até este período aqui. A partir de 2006, o preço de faturamento da gasolina, na refinaria, para de crescer. Ou seja, o preço de venda ao consumidor –



se não fosse aumento de margem da distribuidora, aumento do preço do anidro, aumento do preço da margem dos postos –, o preço da gasolina na bomba, hoje, seria exatamente o mesmo preço praticado em 2006. Ele só não é porque, além do preço da gasolina, na refinaria, você tem outros fatores que influenciam a formação de preço na bomba.

E uma das questões que o setor reclama é não ter tido um tratamento isonômico ao que aconteceu na refinaria. Se na refinaria houve uma forma de retirar a Cide, que representava R\$0,28 por litro na gasolina A, que, hoje, não paga nada, e que esses R\$0,28 passaram para cobrir o déficit de preço da gasolina para a Petrobras, que também houvesse um tratamento isonômico e paritário com o etanol. Quer dizer, para a gasolina achou-se uma solução de resolver o déficit de preço. Resolveu-se parcialmente o problema da Petrobras, mas sem dúvida alguma trouxe um problema enorme para o produto concorrente, que é o caso do etanol.

Próxima.

É basicamente esse gráfico. Hoje, a Cide, que era 14% do preço bomba, hoje é zero. E a Cide mais o PIS/Cofins, que eram 22%, hoje são 8%. No caso do PIS/Cofins, não há tratamento diferenciado entre a gasolina e o etanol. Ambos guardam certa relação; ambos têm parcela específica na formação de preço. Enquanto que, na gasolina A, essa parcela é de R\$0,26, no etanol é de R\$0,12. Isso significa, na gasolina, algo como 8% do preço de bomba, e, no caso do etanol, tem uma pequena vantagem, que estaria na casa aí de 7% do preço de bomba. Ou seja, nem a gasolina, nem o etanol pagam efetivamente a alíquota de 9,25 do PIS/Cofins. Ambos têm uma alíquota reduzida. Então, o PIS/Cofins não está trazendo nenhum desequilíbrio entre a formação de preço.

Próxima.

Evidentemente que o grande problema é o ICMS. O ICMS traz um diferencial enorme. O Estado de São Paulo, que é o primeiro item aqui, cuja alíquota é de 12%, e você vê que, a partir daqui, todas as alíquotas de ICMS do etanol, por quilômetro rodado, superam a gasolina. Ou seja, o consumidor brasileiro, na paridade de 70%, dado a carga de tributação hoje existente, paga mais tributo por quilômetro rodado utilizando o etanol do que utilizando a gasolina. E aí é que vem uma pergunta: o etanol tem ou não tem um valor por suas externalidades positivas, do ponto de vista ambiental, que possa levar a uma tributação diferenciada, em que se pague menos tributo do que para a gasolina, que é um combustível fóssil, combustível que polui?

Próxima.

Fizemos um projeto dentro de uma realidade atual, projeto em que se retoma a produtividade agrícola e industrial, em que se retoma a produção de 7,25 mil litros de etanol por hectare, ou seja, não estamos trabalhando com um cenário atual de menos de 6 mil litros por hectare, um projeto dedicado à produção de etanol anidro hidratado e geração de energia, em que você tem todos os



parâmetros difíceis de serem alcançados, pois dificilmente você vai conseguir em 5 anos, 10 anos, ou 15 anos, indo para novos ambientes de produção, um projeto com essa produção e com essa produtividade.

Próxima.

E é necessário, para remunerar esse projeto, uma taxa de retorno da ordem de 12% de um preço, para o etanol hidratado ao produtor na porta da fábrica independentemente dos tributos, na casa de R\$1,40.

Agora, a pergunta que faço: preciso disso para ter a coragem de investir e montar esse projeto?

Agora, qual é o preço oportunidade que tenho no mercado atual dado a tributação, dado a logística, dado a margem dos postos, dada a margem das distribuidoras, com que preço que o produtor consegue trabalhar?

Próxima.

O trabalho consegue R\$1,03, com um preço desses, não há quem vá investir, não há quem vá ser remunerado. Não há projeto que se pague no curto prazo. E você vê, claramente, que o melhor preço oportunidade é em São Paulo, é R\$1,07, partindo de uma premissa e de uma relação de 67% de preço de bomba do etanol *versus* a gasolina. E você vê claramente que hoje São Paulo está vendendo não a R\$1,07, o produtor de São Paulo está vendendo para o mercado de São Paulo a R\$1,12. Mas o consumidor não usa o etanol, o consumidor quer um preço mais vantajoso, o consumidor quer uma relação melhor ainda.

E aí há um ponto que tem que ser explorado: será que esses veículos se manterão com o consumo de etanol ainda alto, em relação à gasolina? Será que o projeto, a questão da indústria automobilística, nos próximos 10 anos ou 15 anos, vai manter uma relação ainda do etanol consumindo mais do que a gasolina, na relação de 70%? Porque também isso tem um efeito muito grande na questão do preço potencial, de um preço de oportunidade ao produtor.

Então, essa é a questão. Quer dizer: quanto mais se produz hoje, mais se vai perder dinheiro. Por quê? Porque você vai ofertar mais um mercado, o etanol é uma *commodity*, e aí fica nessa discussão. Quer dizer, produz hoje o etanol hidratado, infelizmente, porque não conseguem mais fazer açúcar, não conseguem mais fazer anidro e têm de fazer alguma coisa com o caldo. Mandar para as feiras livres, não há quem beba todo esse caldo. Então, o etanol é a alternativa. E é o item que precisa crescer e tem espaço para crescer. Não há espaço para crescer no açúcar, mas há um enorme espaço para crescer na produção do etanol hidratado.

Próxima.

E, terminando esse aspecto, o que deve acontecer com a matriz de combustível se nada for alterado?

Próxima.



Hoje, estamos participando em 15,7% da matriz de combustível – os produtos da cana. Já chegamos a participar com 18,2%.

Próxima.

A Petrobras teve de importar gasolina nesse período – agosto de 2011, agosto de 2012 – e, em alguns momentos, com prejuízo superior a R\$0,50 por litro.

Em maio de 2012, o custo de internação da gasolina foi de R\$1,72, e ela vendeu a R\$1,17. Agora ela está vendendo a R\$1,26, o preço da gasolina no mercado internacional caiu, e é evidente que os números caíram. Hoje provavelmente a defasagem deveria estar aí na faixa de R\$0,15 a R\$0,16 e não R\$0,56, como aconteceu em maio de 2012.

Próxima.

E, neste período de 2011 a 2012, foram importados nada mais, nada menos do que 4 bilhões de litros, com prejuízo médio na faixa de R\$0,26, nada mais, nada menos de R\$1 bilhão.

E, mantida essa tendência no período 2006/2021 seria necessário importar nada mais, nada menos do que 85 bilhões de litros de gasolina, se mantiver o crescimento da demanda de combustível do Ciclo Otto nos ritmos atuais. E aí você imagina, se essa defasagem se mantiver em R\$0,26 o tamanho do montante de prejuízo.

Próxima.

Esta que é a questão. Nós acreditamos piamente que virão políticas públicas, um novo plano de investimentos para o etanol, porque, sem dúvida alguma, o etanol é a solução. Você vê claramente, agora em 2012, um déficit da ordem de R\$4 bilhões de litros de gasolina. Você não vê nenhum crescimento na oferta de gasolina na refinaria no curto e no médio prazo e você não vê a implantação de novas unidades produtoras. O que significa que essa rota tem que ser corrigida ou com investimentos na refinaria para produzir mais gasolina, ou com novos investimentos na planta de etanol, ou se a opção for continuar importando gasolina ou nafta para suprir aquele déficit de 20 bilhões de litros, o que deve acontecer por volta de 2021.

Nós acreditamos claramente que não existe nenhuma razão para que não haja uma retomada dos investimentos na produção dedicada ao etanol, voltada exclusivamente para o mercado interno carburante.

Próxima.

Quais seriam os benefícios dessa expansão?

Próxima.

Nada mais, nada menos, a implantação, se quiséssemos, quer dizer, quem vai definir quanto quer, não somos; é a sociedade brasileira e o Governo. Eu penso que isso é fundamental. Sendo 50%, que sejam 50%. Se não é para haver etanol, que não haja etanol. Se for para ser 60%, que sejam 60%. E, se fossem 50%, nós teríamos aí implantação até 2020/2021 o início de operação de novas



unidades, encomendas da ordem R\$100 milhões em bens de capital, uma geração de 630 mil empregos diretos, aumento da geração de energia, uma produção adicional de 27 bilhões de litros de etanol e todo um benefício ambiental.

Então, se gera emprego, é positivo ambientalmente, reduz o déficit da importação de gasolina, não teria razão por que não haver a criação de uma política pública que redirecionasse os investimentos na indústria de bens de capital.

Próxima.

O que precisa ser discutido?

Próxima.

Termino por aí.

Nós temos uma demanda que permanece sólida, um crescimento da frota de veículos, tanto moto como *float flex*, há a questão de novos produtos de novo uso, há a questão da ampliação do uso de etanol da indústria química, há o aumento do consumo mundial de etanol e não tenha dúvida de que há a expansão das exportações, mesmo que limitada, brasileiras de açúcar.

Próxima.

Existe um cenário altamente promissor. A gente não pode deixar de imaginar que o setor vai-se manter no patamar de 7,1 mil litros de etanol por hectare. A nossa questão é quem vai chegar lá em 2025 e conseguir sair de 7 mil e chegar a 14, 15, 16 ou 20 mil litros de etanol por hectare. Esse é o grande esforço do setor hoje, do Centro de Tecnologia Canavieira, pois o setor está investindo algo como R\$100,00 por hectare na questão de pesquisa e desenvolvimento, tanto na questão do melhoramento genético, na cana transgênica, na questão agrônômica, na questão de reengenharia industrial e no etanol de segunda geração.

O setor precisa é de alguma política de curto prazo que recupere a rentabilidade, que indique a retomada do investimento, porque, num segundo momento, essas políticas públicas provavelmente deixarão de ser necessárias no momento em que atingir um patamar não de 24, mas de 15, 16 mil litros por hectare.

A questão que fica é; quem vai sobreviver e quem vai viver o bônus desse cenário no futuro, e como é que será o tamanho desse setor no futuro?

Então, o potencial é enorme. A gente tem de acreditar piamente nisso. Não se resolve isso de uma safra para outra, mas existe um potencial enorme de ganhos efetivos de produtividade, de aumento de etanol por hectare, e isso vai implicar, efetivamente, redução de custo.

Fazer etanol de segunda geração, desde 1920, a Alemanha faz. Quer dizer, não é segredo nenhum fazer etanol de segunda geração. O que precisa é fazer a custo competitivo o etanol de primeira geração, o etanol oriundo da cana-de-açúcar, do caldo da cana-de-açúcar.



E a planta em que o setor investiu – e que nós acreditamos que vai ter o primeiro sucesso agora, em 2016 –, que está sendo coordenada pelo próprio setor produtivo, é uma planta que não altera a planta inicial. Ela vai agregar a produção de etanol da segunda geração na primeira geração. E nós acreditamos que isso é o grande diferencial de qualquer planta de etanol celulose do mundo. Você aproveita 100% do processo produtivo do etanol de primeira geração.

Próxima.

Eu diria que esses são os pontos. Eu acho que nós precisamos definir claramente qual é o papel e qual é o volume de etanol na matriz de combustíveis. Acho que o setor precisa de três pontos, resumindo tudo o que eu falei:

- 1- recuperar a rentabilidade;
- 2- uma definição clara da participação do etanol na matriz de combustíveis e políticas públicas que permaneçam e que levem à manutenção dessa participação;
- 3- uma previsibilidade de quem vai investir.

Quem vai investir algo como R\$1 bilhão, hoje, para começar a produzir em 2015, 2016, para remunerar esse investimento nos próximos 10 ou 12 anos, precisa conhecer essa regra.

E precisa haver uma regra que mantenha o etanol na matriz de combustíveis, independente da política de preços que o Governo queira fazer com a gasolina, independente da política de preços que vai acontecer com o petróleo no mercado internacional, mas que haja uma política consistente.

Com o petróleo lá em cima, precisa tributar o etanol? Tributa o etanol, tributa a gasolina. Com o petróleo lá embaixo, precisa de política pública, precisa de incentivo ou precisa de subsídio? Que haja isso. Que haja uma regra clara e que quem vá investir veja isso.

Eu brincava, agora há pouco, no carro – para concluir a minha apresentação –, que, em 1985, no auge de uma queda enorme do preço do petróleo no mercado internacional, havia uma regulação integral no mercado de combustíveis, na produção de cana, de açúcar, de etanol. Era um mercado altamente regulado. Todos os preços eram dados pelo Governo Federal. Naquela época eu trabalhava para a Orplana, que hoje, aqui, a Christina representa, que são os fornecedores de cana, e a maior ansiedade dos produtores – todos os agricultores, todas as usinas – era assistir ao Jornal Nacional, às 20 horas, para ver se o Governo ia anunciar um aumento de preços de gasolina. Se houvesse um aumento de preços de gasolina naquele dia, todo mundo sabia que, no dia seguinte, ia haver aumento de preço da cana, do açúcar e do álcool, que, naquela época, nós não chamávamos ainda de etanol. Isso porque naquele momento havia toda uma política pública de contenção da inflação em cima de tarifas públicas. Era isso com combustível, era isso com energia, era isso com telecomunicação. Tudo era dessa forma.



Ora, passamos para 2012. De 1995 para 2012, tudo foi liberado: preço da gasolina foi liberado, preço do açúcar foi liberado, preço do etanol foi liberado, tudo foi liberado. E ainda nós ficamos o tempo todo na expectativa: vai aumentar ou não vai aumentar o preço da gasolina? Ou seja, não mudou muita coisa. Mudou tudo e ao mesmo tempo não mudou nada.

Acho que é isso que precisamos corrigir para não criarmos, de novo, num primeiro momento, um novo ciclo de investimentos e, depois, passados 10 ou 15 anos, há de novo uma queda enorme ou uma mudança drástica nessa política e há de novo um buraco, um vácuo nesse processo.

Sempre costumo dizer que o carro é *flex*, mas a Petrobras não é *flex*, as usinas não são *flex*. E o Brasil não tem uma estrutura clara para financiar duas estruturas de logística de abastecimento: uma para 100% da gasolina; outra para 100% do etanol. Na hora em que há gasolina, todo mundo corre para a gasolina; na hora em que há etanol, todo mundo corre para o etanol. O Brasil não pode viver com essa volatilidade. Precisamos dividir claramente o espaço que tem para todo mundo, ou seja, para a gasolina e para o etanol.

Essas eram as minhas colocações.

Obrigado, Senador, e desculpe-me por haver ultrapassado demais o tempo, mas eu diria que esse tempo será compensado, uma vez que meus amigos pediram-me que eu fizesse uma explanação mais ampla, porque eles iriam enfocar a questão em cima do que eu apresentei. Assim, não vou atrapalhar o horário total da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Antonio de Padua. A sua colocação foi muito importante para nós todos, Senadores, e as pessoas que nos acompanham.

Pergunto aos nobres Senadores se podemos ouvir todos os convidados e depois fazemos as perguntas, seria mais dinâmico. Pode ser? *(Pausa.)*

Faremos desta forma então.

Passamos a palavra ao Dr. Pedro Robério de Melo Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar/AL)

O SR. PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA – Ex^{mo} Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão e desta audiência pública; Ex^{mo} Senador Benedito de Lira, autor do requerimento para este encontro; Ex^{mos}. Senadores presentes; técnicos; assessores e representante do Poder Executivo aqui presente, Dr. Gerardo Fontelles, Dr. Ricardo Dornelles e Sr^a Cristina Pacheco, que representa aqui os fornecedores de cana.

Nós realmente, meio que de última hora, fizemos uma concessão ao Pádua dado a quantidade de dados de que ele dispunha para fundamentar esta audiência e combinamos secundá-lo apenas.



Assim, farei a minha alocação de forma dirigida verbalmente, mas procurei refletir como melhor tratar esse tema de forma mais objetiva aqui nesta audiência, Presidente. Aí, dou dois passos atrás e trago aqui a motivação desta audiência.

O Senador Benedito de Lira, nos intervalos das vitoriosas eleições dele, ele pensa na cana-de-açúcar do Estado de Alagoas. Quando ele acaba de contar os votos, ele quer saber a produção de cana lá no Estado. Num desses intervalos, ele me questionou com uma pergunta que qualquer cidadão faria: "Pedro, o que está acontecendo? Eu tenho ouvido rumores nacionais e locais sobre uma trepidação além do normal que o setor sucroenergético nacional está vivendo?" Na verdade, na militância dele, muitas vezes aconteceram movimentos dessa natureza, e parece-me que agora ele tem uma intensidade maior. Na escala Richter ele está próximo do 7. Eu, muito rapidamente, expliquei, ele preocupou-se e disse: "Não, então vamos debater este assunto num ambiente um pouco maior". E aí, pensou nesta audiência pública, que combinou com o Senador Sérgio Souza, que é Relator de um projeto muito importante, que está em tramitação aqui na Casa, sobre o marco regulatório do setor, que é o PLS nº 219, de 2010, e esta audiência, inicialmente, foi cogitada de ser feita lá em Alagoas, mas problemas da agenda parlamentar impediram que isso acontecesse. E hoje ela está se realizando aqui. E agora, vou tentar responder, publicamente, ao questionamento que o Senador Benedito de Lira me fez.

Em 2005, o Senador Moka presidiu uma reunião da CRA sobre um tema parecido, sobre trepidações, na época, do setor sucroalcooleiro. As questões que foram levantadas em 2005, Senador Moka, diferem na espécie, mas não diferem no conteúdo daquelas de 2005.

Na apresentação do Pádua, verificou-se algo inusitado: de 2000 a 2009, pouco menos de uma década, o Brasil saiu de 250 milhões de toneladas de cana, grosso modo, para 600 milhões de toneladas de cana. Um crescimento desse tamanho, de 10% ao ano, diz o Prof. Goldemberg, o físico, que um crescimento de 10% ao ano só se verifica na gestação de uma mulher. Nada é mais acelerado. Não se conhece nada que cresça a essa velocidade, só um feto no útero da mãe, com essa velocidade, que, em 9 meses, ele sai do zero para ser um bebê. E, de repente, isso entra num processo de declínio. Por que isso acontece, ou por que isso aconteceu, especificamente?

Eu diria ao senhor o seguinte: primeiro nós temos que ter alguma clareza e traduzir algumas coisas que aconteceram e que não parecem claras para todo mundo. Esse grande crescimento que ocorreu capturou ou captou um momento muito importante que o mundo estava vivendo. Havia uma sobra de recursos no mundo inteiro, e os investidores são muito ágeis, ficam procurando onde colocar recursos.

Nessa ocasião, uma oportunidade de negócios que se apresentava era a produção de biocombustíveis no Brasil, porquanto o Presidente Lula



percorria o mundo todo defendendo a introdução desse combustível como sendo uma alternativa para o mundo. Ele não só defendia o produto, como defendia o Brasil como sendo o local ideal para se ter a grande produção. Um investidor não só procura, muitas vezes, ele não faz muita conta, ele procura os ventos, não é? Então, naquele momento, um presidente, de um país importante, defendia um produto que, até então, não tinha uma defesa tão efusiva.

Então, houve uma massa extraordinária de recursos para a produção de biocombustíveis no Brasil. É nesse período que se identifica a presença de investidores estrangeiros em grande escala na produção nacional de cana-de-açúcar destinada ao etanol. Nesse mesmo momento, grupos tradicionais do Brasil, em menor escala evidentemente, procuraram também ampliar os seus negócios, racionalizar, fazendo fusões, incorporações.

O programa, então, começa a entrar numa fase acelerada de crescimento, mas temos, também, de reconhecer isto: não se identifica, Srs. Senadores, não se identifica, nesse período, nenhum programa governamental específico para patrocinar e empurrar essa expansão. O que existia, na verdade, era um discurso afirmativo e convidativo do Presidente Lula, mas o Governo como um todo produzia aquelas ferramentas corriqueiras, cotidianas, naturais, que qualquer setor agrícola precisaria. Mas não existiu nenhum programa por trás disso empurrando esse crescimento. Não existiu nenhuma medida governamental que a gente pudesse destacar nem tampouco algum programa que pudesse dar sustentação a isso.

Temos de reconhecer que São Pedro colaborou nesse período, as oscilações climáticas não foram muito relevantes nesse período, de forma que não se teve sustos climáticos importantes nesse período como os que ocorreram logo na sequência.

Nestes 10 anos também se verificaram preços próximos ao limiar do custo, só que os custos eram suportáveis e, basicamente, eram custeados também por esse capital externo, a um custo menor, e pela captação de recursos, a custo muito mais barato, nas Bolsas, com a abertura de capital nas empresas. Então, havia aqui uma convivência pacífica entre preço e custo, fluxo de caixa. Na verdade, vivia-se com fluxo de caixa positivo, mas não necessariamente com a rentabilidade econômica positiva.

Esse cenário mudou rapidamente com a crise externa, que logo foi potencializada por um acidente, duas, quase três safras de acidentes climáticos relevantes. Aí, aconteceu esse quadro que estamos vivendo hoje, um quadro muito mais do que de incertezas, um quadro de desestímulo.

Eu diria, Srs. Senadores, que temos de fazer justiça ao seguinte. Eu tenho impressão, não convivo com os outros setores intensamente como convivo com o nosso, mas nunca se discutiu tanto, nunca se reuniu tanto, nunca se falou tanto. Não há uma quinzena em que não estejam reunidos o setor e o Governo para debater esse setor. Aqui estão presentes alguns desses atores, como o Dr.



Fontelles, o Ricardo Dornelles, outros estão ausentes, o Dr. Marco Antônio, do Ministério de Minas e Energia, e não podemos ser culpados de tentar encontrar uma solução por falta de conversa. Agora, qual seria a melhor solução, traduzindo melhor o que o Dr. Pádua falou? Eu dividiria aqui em dois tempos. O primeiro tempo é um tempo a médio e longo prazos, usando uma palavra que está sempre em moda em qualquer atividade econômica, a presença do Estado se faz com o marco regulatório.

Em 2009, quando essa crise começou a se instalar, a Comissão de Infraestrutura do Senado resolveu debater o assunto e, sob a presidência do Senador Inácio Arruda, um subgrupo foi criado. Esse subgrupo ouviu vários elementos da cadeia produtiva, o que gerou um relatório e um Projeto de Lei de origem do Senado, da Comissão de Infraestrutura, que é o PLS nº 219, de 2010, que, naturalmente, pela dinâmica da crise, do tempo, vai precisar de alguns reparos. Eu diria que ele deverá ser o ponto de partida para a gente criar esse marco regulatório a médio e longo prazos sobre os biocombustíveis no Brasil. Ele já foi amplamente debatido. Precisamos continuar esse debate, que está sob a relatoria e nesse momento sob a presidência do Ex^{mo}. Senador Sérgio Souza.

Mas, para olharmos a médio e longo prazo, precisamos superar o curto prazo e ver qual o direcionamento que precisamos ter para ter investimentos e para os que já estão e não querem expandir continuarem o seu negócio. Por que, Senador? Porque temos de também fazer um divisor de águas que essa crise nos deixou. Hoje, 60% da produção de cana no Brasil são oriundas do que denominado produtores genuínos de cana-de-açúcar. São aqueles produtores que só cuidam de cana-de-açúcar, do açúcar e do etanol. Eles não têm outra atividade na vida, quer seja por herança familiar, quer seja por opção de negócio. Algo em torno de 40% da produção atual de cana do Brasil estão mitigadas. Grandes grupos estrangeiros, que cuidam de outras atividades mais relevantes, além de produzirem cana e etanol, como empreiteiras, *trading company*, exportadoras, distribuidoras de combustíveis, e por aí vai. Então, esses grupos se ocupam de outras atividades e, naturalmente, poderão ter – não é que eles não estejam passando pelo mesmo dilema – um suporte maior, porque eles têm outras variações de suporte, nessa crise. Os produtores genuínos de cana-de-açúcar só têm a cana para sobreviver. Eles são 60% da produção nacional. Alagoas e o Nordeste são 100%. Cem por cento são de produtores genuínos de cana-de-açúcar. Então, nós temos que entender, primeiro, isso. A solução tem que vir para esse segmento.

A segunda questão é que toda vez em que fala um Ministro, um Presidente da República, um líder importante do País em defesa do biocombustível, ou dos biocombustíveis, no caso específico do etanol, imediatamente você sai da crise para desenvolver um programa para abastecer o Brasil e o mundo. Logo, você sai do menos dez, para mil positivo. Nunca dá certo.



Falta – para usar uma palavra que está muito em moda normalmente – uma dosimetria dessa intenção. É porque a palavra se aplica nesse caso.

O que está precisando, Senador, é que nós entendamos, em definitivo, que o etanol é um combustível alternativo. Ele não deve ser um combustível substituto à gasolina, tem que ser alternativo, até porque, em 2000, nós tínhamos uma reserva de petróleo que é a metade da que existe hoje. Com toda essa crise mundial de petróleo, as reservas aumentaram, e tendem a aumentar, porque nós não estamos considerando o pré-sal, não estamos considerando nada disso. As reservas de petróleo, a cada dia, estão aumentando. O petróleo não vai desaparecer, ele vai ficar mais caro, mas ele não vai desaparecer. Então, essa tese de que o Brasil tem que ficar rodando na base de etanol, e o mundo todo, essa tese é equivocada, porque senão vai exigir medidas que a sociedade brasileira não suportará. E nem sei se é racional nós termos um combustível único. Nós temos que ter o etanol como alternativa.

Dessa forma, eu encerraria, na esperança do debate, Senador, dizendo o seguinte: sobre o PLS nº 219, de 2010 – a gente tem a mania de, toda vez que tem um problema, cria logo outra situação –, nós já temos o ambiente institucional para debater, o PLS já está na Casa, ele tem pontos positivos. O início do debate com a sociedade brasileira tem que ser com esse projeto que já existe. Por que começar a inventar um novo? Então, esse é o primeiro apelo que eu deixaria aqui.

O segundo é que, antes de começar esse debate, que o Senado Federal, por meio da CRA, por meio da Comissão de Infraestrutura, enfim, no caminho que os senhores achem mais adequado, fizesse uma recomendação ao Poder Executivo, para as medidas de curto prazo, a reposição das perdas incorridas, que estão deixando o setor em pânico – o número de concordatas, concordatas se transformando em falência. No meu Estado, um dos maiores grupos está em processo de falência. Olhe que os que estão entrando em recuperação e falência não são pequenos grupos, são grandes grupos, com boa gestão no passado. Enfim, não é uma coisa para dizer que é irresponsabilidade. Não, a crise veio e está aí, está instalada.

Então, nós temos que, primeiro, estancar essa hemorragia. Imediatamente, o Senado requeira ou pleiteie que o Poder Executivo, com esses grupos que, com muita boa intenção, com muita boa vontade, mas reconhecendo a dificuldade, encontre uma solução, no curto prazo, para que nós nos detenhamos a debater o médio e o longo prazos, lembrando sempre do seguinte: não devemos inventar a roda. A discussão institucional: Senado Federal, PLS nº 219. No curto prazo, as perdas estão aí demonstradas, pelo Dr. Padua, e o Poder Executivo, no que pode e no que deve, deve começar a sinalizar a implantação. É claro que nós entendemos que não pode ser uma reposição imediata, mas a sinalização, muitas vezes, vale mais do que o ato propriamente dito. Um anúncio na televisão, às vezes, vale mais do que um decreto.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Pedro, pelas suas colocações.

Passamos a palavra ao Dr. Luiz Custódio Cotta Martins, Coordenador do Fórum Nacional Sucrenergético (FNS)

O SR. LUIZ CUSTÓDIO COTTA MARTINS – Bom dia para todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, Presidente, eu queria ouvir do Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Essa opinião de que, está inclusive com o Sérgio essa questão, é um...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Do PLS nº 219.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –... consenso do setor? Claro que, como ponto de partida, nós estamos... Mas seria um consenso o início?

O SR. PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA – (*Fora do microfone.*). O início do debate se estiver no prazo, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tá. Começo de cantiga é assobio, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Luiz Custódio com a palavra.

O SR. LUIZ CUSTÓDIO COTTA MARTINS – Boa tarde, Sr. Presidente Senador Acir Gurgacz; Senador Sérgio Souza; Senador Benedito de Lira; Senador Waldemir Moka; Senador Cyro Miranda; Senador Jayme Campos; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Eduardo Suplicy; senhores membros da Mesa; meus colegas aqui presentes; senhores técnicos e a imprensa em geral, os que me antecederam já deram um panorama aí sobre o setor. Eu vou me ater apenas a fazer um histórico do etanol e alguns comentários aí para a análise dos senhores.

O setor do etanol tem sido criticado por não ser capaz de suprir a demanda nacional do produto por conta do baixo crescimento da produtividade.

Na realidade, o setor vem sendo penalizado por uma política de *stop and go* que atrapalha a previsibilidade, inibindo o investimento e o crescimento da produtividade. Falta, então, um marco regulatório estável que defina uma política a longo prazo.

Quer dizer, o setor, hoje, precisa de um marco regulatório. Nós não podemos ficar hoje aí dependendo de governos que venham, através da caneta têm todas as condições, a aumentar a Cide, de tirar a Cide, taxar a exportação, proibir exportação de álcool e tudo. Então, tem que se passar por marco regulatório, aprovado por estas Casas do Congresso Nacional, porque, qualquer



mudança voltaria a ter uma discussão mais democrática do processo que vivemos.

Após o primeiro choque de petróleo, no início da década de 70, a alta do preço dos combustíveis no mercado internacional levou o Brasil a uma crise em seu balanço de pagamentos. Como resposta, o Governo brasileiro lançou, em 1975, o Programa Nacional do Alcool, ou Pró-Alcool, com o objetivo de estimular a produção do etanol e, dessa forma, diminuir a necessidade de importação de petróleo e derivados.

Em sua primeira fase, que foi de 1975 a 1979, o Programa foi orientado para a produção de álcool anidro, para edição da mistura na gasolina, possibilitando a redução nas importações do derivado. Com o segundo choque do petróleo, de 1979 a 1980, o preço do barril do petróleo triplicou em relação ao observado no início da década, fazendo com que as importações de petróleo passassem a representar 46% da pauta de importações brasileiras em 1980.

Esse novo estrangulamento das contas externas brasileiras levou à adoção de um novo conjunto de medidas com o objetivo de incentivar o consumo do álcool. Foi criado o CNAL, o Conselho Nacional do Alcool, e a Comissão Executiva CNAL para agilizar a expansão do Programa, desenvolveu-se o carro movido puramente a álcool. A proporção de carros a álcool no total dos automóveis do Ciclo Otto produzido no País aumentou de 0,46%, em 1979, para 26,8%, em 1980, atingindo o teto de 76,1% em 1986.

A partir de 1986, com um contrachoque do petróleo, o preço do barril do óleo bruto caiu num patamar de US\$30 a US\$40 para o nível de US\$12 a US\$20. Essa nova realidade de preço baixo da gasolina provocou o abandono das políticas públicas que viabilizaram o Pró-Alcool e pôs fim ao programa de substituição de hidrocarbonetos fósseis.

O período de contrachoque do petróleo com a gasolina barata coincidiu com o período de alta no mercado internacional do açúcar, levando as empresas, para sua sobrevivência, a priorizar a produção desta *commodity* em detrimento do álcool, ocorrendo um desabastecimento de álcool no mercado doméstico. A submissão da política pública aos preços baixos do petróleo inviabilizou o programa do álcool, e o carro a álcool praticamente desaparece em meados nos anos 90.

Com o crescimento do preço do petróleo a partir da segunda metade dos anos 90 e a internalização desse aumento, de 1998 para frente, através de uma fórmula paramétrica que reajustava os preços dos combustíveis todo início do mês, além do crescimento da comercialização ambiental, ressuscitou o álcool como combustível, dessa vez batizado de etanol, no início da década de 2000.

Como a população ainda tinha sua memória de desabastecimento, a solução encontrada foi a introdução do carro *flex-fuel*. O mercado do etanol voltou a viver uma franca expansão desde a entrada do veículo *flex-fuel*, em 2003, até a crise econômica de 2008. Além da crise econômica que levou à falta de crédito,



forçando as empresas a escoarem grandes volumes de etanol a preços baixos, para se capitalizarem, também o Governo anunciou a descoberta do chamado Pré-Sal. Esses dois eventos, em particular o anúncio do Pré-Sal, levaram o Governo a abandonar o projeto Arábia Saudita verde, e a adotar o Pré-Sal como a grande solução para os problemas energéticos brasileiros.

A partir daí, o preço da gasolina foi congelado na bomba, e se inicia o processo de competição desigual com o etanol. O volume de investimento em novas unidades produtoras, que era crescente, entrou em uma trajetória decrescente, conforme o Dr. Padua relatou essa queda de investimentos em seus gráficos.

Os anos 2009 e 2010 foram caracterizados por um intenso processo de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro brasileiro. Aquisições foram realizadas principalmente por grupos estrangeiros – Shell, British Petroleum, Bunge, Louis Dreyfus –, motivadas pela situação grave de financiamento dos usineiros e acreditando em uma retomada do consumo do etanol no mercado interno e no potencial do mercado externo. As empresas brasileiras encontravam-se fragilizadas, com alto endividamento, falta de recursos em caixa, safras ruins e falta de liquidez no mercado, o que favoreceu esse processo.

Hoje persiste o problema nas usinas, que se encontram em processo de recuperação judicial, que não estão conseguindo honrar seus planos de pagamento por conta da redução de sua capacidade de geração de caixa, já que as margens foram reduzidas pelos custos mais altos. Estima-se que empresas em recuperação judicial controlem atualmente 37 unidades industriais, o que equivale a 11% do total das usinas existentes no País.

A explicação para as duas crises pelas quais passou e passa o etanol é chamada política do *stop and go*, as idas e vindas, em particular os baixos preços da gasolina, que estão presentes em ambas as crises, tiveram previsibilidade do investidor, gerando custos e inviabilizando o aumento da produtividade. Portanto, se o crescimento do mercado do etanol tivesse sido contínuo, certamente estaríamos em outro patamar de produtividade. Segundo os dados da EPE – Empresa de Pesquisa Energética – e da EIA, no Brasil, nos últimos 5 anos, a produção de etanol de cana cresceu 29%, enquanto nos Estados Unidos o salto foi de 185% no etanol de milho. Em 2000, as usinas americanas fabricavam apenas 57% do volume das usinas brasileiras, enquanto que, em 2011, a produção de etanol americana apresentou mais que o dobro da produção brasileira, 230%. O baixo crescimento da produção, o Brasil foi ultrapassado pelos Estados Unidos na liderança do setor.

Qual a receita do sucesso americano? Previsibilidade. Até 2022, o governo americano se comprometeu, por lei, a comprar 136 bilhões de litros de etanol a um preço mínimo de US\$1,07, reajustados anualmente.

A questão da produtividade do etanol torna-se ainda mais importante quando se observa o crescimento da demanda interna por combustíveis



automotivos, que teve crescimento maior do que o PIB brasileiro. Em 2011, por exemplo, o PIB subiu 2,7%; e o consumo, 5,7%.

Estudo do próprio Governo concluiu que a elevação da importação de gasolina, nos próximos 10 anos, pode chegar a 671%, caso a produção de gasolina e etanol não cresça no mercado interno.

Não adianta cobrar produtividade do setor sem continuidade e política de longo prazo, submetendo o etanol a comportamento interno e externo do petróleo, e, o pior, subsidiando a gasolina no País.

Assim, é preciso que o Poder Público trabalhe no sentido de estabelecer mecanismos capazes de incentivar os investimentos e garantir a previsibilidade. Os mecanismos seriam, por exemplo, estabelecimento de metas de participação do etanol anidro e do hidratado na matriz de combustível, através de políticas públicas consistentes e que não se alterem quando ocorram mudanças de governo.

O etanol precisa de uma política de Estado e não de governo. Está na hora de o Governo dar previsibilidade ao setor de etanol e compreender que o etanol e gasolina não são combustíveis concorrentes e, sim, complementares. E o Brasil precisa de uma presença bem definida de ambos na matriz de combustível, para garantir a sua independência energética.

Quero colocar para os senhores a ECO 92 – os senhores se lembram. Na ECO 92, estava no auge o etanol, e todas as autoridades brasileiras e estrangeiras foram transportadas, aqui no Brasil, por veículos a etanol. E acabamos de ter, agora, a Rio+20, e todas as autoridades foram transportadas à gasolina. Quer dizer, alguma coisa está errada.

O Brasil foi a Copenhague e assumiu o compromisso da redução nas emissões de CO₂, e, também, o Governo, os Estados, os Municípios, tomaram também compromisso nas emissões de CO₂. Isso deverá ser internamente auditado pelo Tribunal de Contas, e acho que esse compromisso o Brasil vai ter que cumprir e, para isso, teria que ter uma nova retomada do etanol.

São esses os comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Luiz Custódio Cotta Martins, Coordenador do Fórum Nacional do Sucroenergético (FNS), quero convidar e passar a palavra à Sr^a Maria Christina Pacheco, Vice-Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana/SP).

A senhora tem a palavra.

A SR^a MARIA CHRISTINA PACHECO – Obrigada.

Gostaria de agradecer, em nome dos produtores de cana, a oportunidade de estar aqui nesta audiência pública, a todos os Srs. Senadores que estão aqui presentes, nos ouvindo para buscarmos soluções para nós produtores.



Pode passar, por favor.

A Orplana é uma organização, na Região Centro-Sul do Brasil, de produtores independentes de cana. Temos 34 associados, sendo 25 em São Paulo, um no Mato Grosso, um no Mato Grosso do Sul, quatro em Minas e três em Goiás.

Somos 17 mil fornecedores de cana e produzimos 125 milhões de toneladas de cana.

Por favor.

Vendo um extrato desses fornecedores de cana, nós conseguimos analisar que a grande maioria, 85%, é de pequenos produtores, produtores que produzem até 6 mil toneladas de cana, com uma área média de 46 hectares. E é essa população, são esses produtores que nós vemos neste momento buscando soluções para não sair do setor. É uma reforma agrária ao contrário, em que vemos os pequenos produtores sendo obrigados ou a vender suas propriedades, ou a arrendar as suas terras para se manterem vivos e terem alguma comida para sua família.

Passa, por favor.

Esse é um gráfico em que podemos analisar a produção dos fornecedores de cana. E fica bem claro para o que escutamos até aqui neste momento, as crises. Olha aqui. Aqui tivemos uma crise, em 2000. E essa crise foi para o setor como um todo. E a produção do fornecedor de cana demorou alguns anos. Olha, viemos de 1999, e, para voltar a esse mesmo patamar, nós demoramos alguns anos.

Tivemos, juntamente com todo mundo uma onda de crescimento e estabilizamos nos últimos anos. E agora, a partir de 2011, a gente vê uma crise de produção. Claro que 2000 foi um ano especial, porque tivemos problemas climáticos, tivemos problemas com doenças. Realmente a produtividade do setor foi muito baixa. Isso nos causou um aumento de custo muito grande, uma busca de novos patamares, de novas variedades. Então, para o produtor, ele se sente extremamente afetado por essa situação do setor.

Por favor.

Custos. Nós temos os nossos patamares. De vez em quando o setor dá um pulo. Veja aqui, em 2011, nós demos outro pulo de custo. E isso afeta o produtor de uma maneira ímpar.

Próximo, por favor.

Fiz aqui umas continhas para ficar mais fácil. Nós viemos de um patamar histórico de média de 80 toneladas por hectare nos últimos 5 anos, mas estes últimos 2 anos, estamos perto de 70 toneladas por hectare, com uma quantidade de açúcar de 135 ATRs, muito abaixo da média histórica. Então, quando a gente fala em custo histórico, é uma coisa. Agora, quando falamos do custo destas últimas duas safras, nós chegamos a R\$74,00 por tonelada de cana a um preço de outubro. O que nós estamos recebendo hoje? Estamos recebendo



R\$64,00 por tonelada de cana, com 135 ATRs, que deve ser a média do açúcar nesta safra agora. Então, veja, é uma defasagem de R\$10,00. E nós, fornecedores de cana, não temos de onde tirar, não somos uma multinacional que tem outras atividades.

O que acontece? O produtor, às vezes, deixa de cuidar da sua lavoura, põe menos adubo, menos herbicida e, com isso, a sua produtividade baixa.

Então, do que esse produtor precisa? De uma luz no final do túnel, de alguma coisa estável, de uma sinalização de ele que pode investir, de que ele pode tirar um financiamento. Existem inúmeros financiamentos. "Ah, ninguém tira" porque ele sabe que não tem condições de pagar. Com essa diferença aqui, ele não paga. Ele não paga nenhum financiamento. Então, como ele vai enfiar a propriedade dele, a vida dele, o futuro dele? Muitos, em algumas regiões, mudam de cultura, mas a grande maioria, na região de São Paulo, não tem condições de ficar mudando de cana para outra cultura.

Esse é um grande problema.

Próximo.

Aqui nós vemos um aumento enorme no custo de mão de obra. O setor passa, o produtor passa por uma grande mudança. Qual é essa grande mudança? Nós vimos um setor em que tínhamos a nossa cultura, a colheita manual. Nos últimos anos, estamos passando para uma colheita mecanizada. Isso muda totalmente o patamar da nossa mão de obra. O volume de cana cortada mecanicamente na nossa região é mais de 60%, bem perto de 70%. Isso é um aumento de custo que nós não podemos galgar. Até então, o produtor de cana tinha condições de ter a sua carregadeira, o seu caminhão e de levar a sua cana na usina. Hoje, ele tem de contratar, porque ele não tem condições de ter uma máquina, a não ser os grandes grupos, mas o pequeno, 85% a 90% dos nossos produtores não têm essa condição.

Por favor.

Já falei do custo de mecanização que, realmente, está interferindo enormemente nos nossos custos. Nós temos também custos ambientais; custos da NR-31, do georreferenciamento e, agora, APP e reserva legal. O custo APP e reserva legal não está computado ainda. O produtor é o responsável por replantar as suas APPs e reservas legais, tendo em vista que, na grande maioria, especialmente em São Paulo, não foi ele que tirou. Às vezes, ele foi pago pelo governo para tirar. Agora, os benefícios são da população brasileira, mas os custos são nossos e nós não temos condição de arcar com mais nenhum custo.

Outra coisa que está acontecendo em São Paulo, e que está nos dando uma dor de cabeça, e não sabemos o que fazer, são as ações do Ministério Público Federal, interferindo em São Paulo, com a legislação que temos de fim de queimada. Nós temos um protocolo com o Governo de terminar a queimada nas áreas mecanizadas até 2014 e, nas não mecanizadas, até 2017. Este ano, temos



várias ações do Ministério Público que nos proíbem, de pronto, de queimar. O que significa isso? As áreas não estão preparadas. Como eu falei, 60% a 65% das áreas estão já preparadas, mas a maioria desses pequenos produtores tem pequenas propriedades que não estão sistematizadas e não podem usar a máquina. Então, tem de usar a mão de obra manual. Somente o custo a mais é quase R\$10,00 a mais que ele tem de investir para poder tirar essa colheita, mas, de uma hora para outra – e ele fez um acordo com o Governo de São Paulo de que ele ia deixar de queimar, ele ia se programar –, o Ministério Público Federal nos obriga a deixar de queimar. Piracicaba, Jaú, Araraquara e, agora, outras regiões vão ter essa problemática.

Nós somos 27% da cana produzida, são 125 milhões de toneladas de cana – algumas “Austrálias” – e estamos sentindo que estamos sendo alijados, postos fora do setor.

É isso justo? Essa reforma agrária ao contrário que está acontecendo com aquele que, em todos esses anos, tem investido?

Eu acho que está na hora de esta Casa nos dar um rumo, de esta Casa dar um alento ao produtor, para que ele saiba o que vai acontecer no dia seguinte, para que ele possa investir, para que ele possa tirar dinheiro no banco, que ele vai pagar, e não perder a sua propriedade, porque se hoje ele tirar um financiamento, ele perde a propriedade, porque ele não tem condições de pagar. Essa é a grande verdade!

Por favor, o próximo.

Nós falamos aqui em alguns preços, e eu coloquei aqui uma tabelinha que tem os preços de açúcar de mercado interno, o VHP, mercado externo, álcool anidro e álcool hidratado.

Uma tonelada de cana com 135 ATL, que é a quantidade de açúcar que ela tem, para etanol, vale R\$50,35, agora, em outubro. Se eu entregar essa cana em uma destilaria, é isso que eu recebo. Em uma usina que faz mercado interno, são 67. Em uma usina que exporta, são 76. Mas o meu custo é 74. Não importa se a minha cana é etanol, se é açúcar ou se é mercado externo. Quando vemos algumas indústrias investindo em produzir açúcar, é porque essa é a única solução que ela tem para continuar viável. E, nós, fornecedores de cana, recebemos com base nos preços do açúcar e do etanol no mercado interno e no mercado externo. O nosso preço depende desses custos, e o etanol é o grande vilão nas nossas costas. O fim da Cide para a gasolina foi a última punhalada que recebemos, e uma punhalada que os deixa sem rumo. Será que é isso que o Brasil quer? Acabar com seus produtores independentes? Entregar as nossas usinas nas mãos de multinacionais, que têm dinheiro de outras atividades para continuar se mantendo? Ou será que temos que pensar nesses 60% que ainda detêm as indústrias, mantendo seus produtores trabalhando, produzindo, em condições de gerar riqueza?



Temos produzido 125 milhões de toneladas de cana, 27%! Será que não é hora de a gente ter uma meta? Quando é que vai subir a mistura? O que vai acontecer? Quanto preciso de álcool anidro, de álcool hidratado? Ter uma meta! Será que é tão complicado ter uma meta em um setor que tem trazido somente riquezas? O setor agrícola tem sustentado a balança comercial deste País. Será que esses agricultores não são os vilões, os destruidores do meio ambiente? Pelo contrário, temos feito acordos com a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, estamos buscando recuperar as nossas APPs, o que faz parte desse acordo. Estamos deixando de queimar, com um grande custo.

E, de vocês, senhores desta Casa, precisamos um olhar para o futuro. Dê-nos esse olhar para o futuro. Produzimos comida; não só combustíveis, produzimos comida. E é disto de que precisamos: um olhar de carinho para conosco.

Próximo.

Ai está meu *e-mail*. E esta é uma foto aérea da minha propriedade. Sou produtora rural, produzo 27 mil toneladas de cana nessa safra. A minha propriedade está preservada, as suas matas ciliares estão plantadas, desde 1991, a minha cana é certificada. Não somos destruidores do meio ambiente. Somos colaboradores e precisamos do olhar dos senhores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Srª Maria Christina. Precisávamos tê-la mais vezes aqui para corrigir. Eu, particularmente, ando rouco de tanto falar as mesmas coisas.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me. Como a Srª Maria Christina Pacheco falou de aspectos tão relevantes, agradeço até porque temos conversado aqui, na nossa Comissão, inclusive quando falamos da questão relativa ao Cade e à citricultura, sobre a Consecitrus, que leva em consideração a experiência do Consecana. Eu agradeceria se houvesse, nem que fosse breve, uma opinião sobre como tem funcionado o Consecana na área da cana-de-açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador, vamos ouvir os outros convidados. Depois, V. Exª faz a solicitação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Fica, então, registrada essa minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com prazer.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Mas vou ter de me ausentar em instantes, por causa da reunião da CRE, onde sou titular. É necessário eu voltar lá. Então, desculpem-me!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Senador Eduardo Suplicy vai lá e volta.



O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Entendo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu entendo V. Ex^a, mas a Presidência vai continuar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nós vamos aguardar o senhor aqui até meio-dia e meia. Está bom? O debate vai longe.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, na sequência, o Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

O SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – Bom dia!

Sr. Senador Waldemir Moka, o pessoal do Ministério vem a esta Comissão com muita felicidade.

Não fiz nenhuma combinação com o Pádua a exemplo de outros colegas do setor privado, mas queria dizer que vou me aproveitar muito do que ele falou, porque o diagnóstico apresentado pelo setor privado até agora é extremamente parecido com o diagnóstico que o Governo faz. Então, na questão do diagnóstico, não vejo grande diferença naquilo que foi dito até agora, e isso vai facilitar algumas coisas que vou comentar.

Não tenho total concordância com tudo o que foi falado pelo setor privado. Existem algumas colocações que o Governo entende como diferentes, e é natural que seja assim, porque as divergências de ideias e de opiniões é que fortalecem o debate e a busca por soluções mais inteligentes.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

Fala-se e muito se falou da falta de planejamento, da falta de clareza, da falta de linha. O Governo vem fazendo, a cada ano, o Plano Decenal de Energia, olhando os 10 anos seguintes. Não é um Plano obrigatório, é um Plano indicativo, que mostra, dentro do cenário que o Governo está avaliando, o que ele entende ser possível e viável de acontecer.

Nesse horizonte do último estudo que está em consulta pública... Aliás, esses estudos são elaborados pelo Governo. O Ministério de Minas e Energia publica isso, e quem executa os estudos é a Empresa de Pesquisa Energética, uma empresa vinculada ao Ministério. Esses estudos são colocados em consulta pública, de tal forma que toda a sociedade possa se manifestar. Depois da consulta pública, eles são alterados e corrigidos naquilo que for pertinente, para posterior publicação.

Então, esse é o cenário de 2012 a 2021, em que a gente vê um crescimento dos produtos derivados de cana: sua participação passa de 16% para 21%. Ali estão outras fontes. E o crescimento do total de renovável na matriz é de 43% para 45%, o que parece pouco, mas temos de lembrar que o Brasil é um País em desenvolvimento, que a demanda energética do País cresce muito mais do que a média mundial e que, portanto, só manter essa participação de energias



renováveis significa basicamente, nesse horizonte de 10 anos, quase dobrar a oferta de energia. Então, se estamos aumentando a previsão de participação, temos de quase triplicar a oferta de energia dos derivados de cana. Essa é a visão do planejamento de médio prazo.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor!

Na matriz de combustíveis, há essa *pizza* bastante conhecida. No Brasil, nós temos uma matriz de combustíveis veiculares altamente diversificada. Não se encontra isso ao redor do mundo, em nenhum país, em nenhuma localidade. O gráfico embaixo mostra o histórico de como isso tem acontecido. As duas cores embaixo representam o etanol anidro e o etanol hidratado. A gente observa o afunilamento da cor verde ali, que representa a perda de competitividade do álcool hidratado nos últimos anos.

Enfim, o que eu queria mostrar é que já temos uma matriz extremamente diversificada. Se nós olharmos os Estados Unidos, que têm sido citados comumente como exemplo a ser seguido, eles não possuem uma matriz diversificada como a nossa. Portanto, o que eles estão fazendo lá para colocar etanol na sua matriz, para diversificar a matriz energética americana, para diminuir a dependência de petróleo, nós já fazemos aqui há algum tempo, três décadas pelo menos.

Próxima, por favor.

No mundo, o biocombustível representa só 3%. E nós, biocombustíveis líquidos, 23%. Então, repito: a meta para a diversificação de matriz não somos nós que temos que liderar. Quem tem que liderar são aqueles países que até hoje não conseguiram criar um mecanismo capaz de diminuir a sua dependência de combustíveis fósseis.

Próxima, por favor.

Do ponto de vista de meio ambiente, que talvez não seja o principal fator que estimula os Estados Unidos a terem metas, mas certamente é o fator que mais estimula a Comissão Europeia a estabelecer diretrizes europeias para a diversificação de fontes de energia, está neste gráfico. O tamanho das bolinhas é a intensidade energética de cada país. Quanto mais alto, mais renovável é a matriz energética daquele país. Nós estamos lá em cima e aquela é a nossa bolinha. Nós somos a sexta, a sétima economia mundial. O que mostra que, do ponto de vista ambiental, já temos, no mercado de energia, um superávit muito grande, comparados àqueles que estão estabelecendo metas para ter uma matriz de energia mais renovável. Nosso compromisso assumido em Copenhague é um compromisso global. O setor energético brasileiro é um setor que contribui muito menos com as emissões do que outras atividades econômicas, porque temos características muito específicas que nos permitem ter uma geração de energia elétrica de base hidráulica muito forte; e nós temos a cana, que responde à segunda fonte de energia primária do País. Então, nós já temos um patamar em que as metas não têm o mesmo peso relativo que têm para esses outros países,



essas outras comunidades, que vêm sendo sistematicamente colocadas como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Pelo contrário, nós somos exemplo. A meta que países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos devem alcançar nós alcançamos há muito tempo.

Próximo, por favor.

Fala-se muito também em marco regulatório estável. Nós fizemos, desde a desregulamentação do setor de combustíveis... À época do Pró-Álcool, era uma economia fechada, o Estado intervinha em tudo, decidia quanto vender, quanto produzir, para quem produzir, a quem vender, a que preço, havia cota, todo mês vinha todo o setor aqui para Brasília, para duas reuniões infundáveis, definir quanto cada um ia vender, para quem ia vender. Era um inferno, mas éramos felizes. Depois vimos que a felicidade era diferente, quando saiu daquele sistema de cota maluco que era implementado. Mas, desde a desregulamentação do setor, o setor agrícola especial do álcool efetivamente ficou muito desregulamentado. Para o setor de combustíveis, continuou regulamentado. A regulamentação não mudou drasticamente ao longo desse período. A política *stop and go*, que o Luiz Custódio citou e que muitos analistas, alguns analistas específicos, têm publicado com alguma frequência, não acho que seja uma verdade absoluta. Quando o Governo criou o Pró-Álcool, ele estabeleceu uma série de medidas. A primeira, que os postos tinham que vender álcool. Essa medida caiu, mas todos os postos do Brasil têm uma bomba de álcool, e só 8% dos postos de fronteira não têm uma bomba de álcool. O Governo decidiu que o preço do álcool na bomba seria inferior ao preço da gasolina, à razão de 25% à época, e para isso concedeu subsídios. Ao longo de mais de 30 anos, o Governo forneceu subsídios para que essa política fosse estabelecida.

Nessa mesma linha, o Governo estabeleceu uma política tributária em que a carga tributária sobre o combustível fóssil era maior do que a carga tributária sobre combustível renovável, e essa política permanece até hoje.

Então, a grande mudança que houve no marco regulatório depois da desregulamentação de 1999/2000 foi que o biocombustível, na etapa de produção, passou a ser regulado também como são regulados os combustíveis. Ele passou a ser encarado, do ponto de vista do marco regulatório, como agente do mercado de energia, do mercado de combustíveis. Isso foi com a medida provisória que foi convertida na Lei nº 12.490, salvo engano, em que o setor produtivo de etanol e apenas a etapa industrial, e não a etapa agrícola, passaram a ser regulados pela Agência Nacional do Petróleo.

Pode passar, por favor.

Aqui é o histórico de preço. De fato, estamos vivendo um crescimento da demanda de energia muito descolada do PIB. Especificamente no caso do etanol, graças ao efeito renda, a migração das classes menos favorecidas para as classes mais favorecidas, com aumento de renda, fez com que a população adquirisse mais veículos. E quem compra carro não é para deixar na



garagem. Ele quer rodar com o carro. Por isso estamos tendo crescimento de consumo de combustíveis muito acima do PIB.

Próximo, por favor.

Como eu disse, o planejamento do Governo é este. Esperamos um mercado de 60 bilhões de litros de etanol para 2011. Certamente isso não é estalar o dedo e baixar uma caneta para que isso chegue lá. Existem comprometimentos econômicos, macroeconômicos, sociais, ambientais para que isso seja alcançado.

Pode seguir, por favor.

Toda essa produção, o mercado interno é o principal *driver*. O mercado externo é uma alternativa interessante, mas é uma alternativa marginal. O Brasil, com a dimensão e com a economia que tem, deve olhar para o seu mercado interno como principal indutor de desenvolvimento do mercado.

Então, existe uma competição com matéria-prima de açúcar *versus* etanol. Isso foi abordado também pelo Padua. É natural que o setor privado tenha que buscar as alternativas que mais lhe deem renda. O Governo acredita piamente que o setor privado vá fazer isso, porque, se não fizer isso, ele não estará cumprindo com o papel do setor privado, que é gerar riqueza, gerar lucro.

Essa dicotomia, no caso do combustível renovável, a visão de quem está no mercado de energia tem que ser a de quem está no mercado de energia. Não é um mercado meramente com mote agrícola, em que eu posso de deixar de produzir ou reduzir a produção em um momento, e isso estará resolvido por uma mudança de consumo, de outra matéria-prima. Uma vez que se está no mercado de energia, são 365 dias por ano, 24 horas por dia e uma política do Governo brasileiro de oferta de energia a custos razoáveis para a sociedade. Um custo em que a sociedade possa efetivamente pagar, e esse custo de energia há de ser um custo justo, exequível, para que o País possa crescer, porque, com energia cara, nenhum país, nenhuma economia se desenvolve, se tiver custos energéticos caros.

Há um novo mercado aparecendo, que é o mercado alcoquímico. Diga-se de passagem, ele existiu no passado, também à guisa de subsídios. A alcoquímica teve subsídios durante um par de décadas. E o mercado de exportação. Hoje, nós estamos disputando esse mercado com os Estados Unidos.

O fato de os Estados Unidos terem ultrapassado o Brasil em volume de produção não é vantagem nenhuma. A economia dos Estados Unidos é algumas vezes maior que a nossa economia. Eles aumentaram e estão produzindo duas vezes e meia mais do que nós produzimos, mas não estão fazendo acho que nem sete lá nos Estados Unidos. Estamos com muito mais aqui.

O problema é que os Estados Unidos estão ganhando o mercado de exportação brasileiro. Então, vão acabar exportando mais etanol do que o Brasil e vão fazer isso porque estão competindo em preço, em custo, com o nosso etanol, para tornar isso viável.



Quando importamos etanol aqui no Brasil, as empresas que importaram fizeram o compromisso de importar para garantir abastecimento. A cada mês ou a cada quinzena, havia reunião no Ministério com grande parte do setor aqui presente, e todos esses números eram colocados. Houve o compromisso de importação e, efetivamente, a importação aconteceu; garantiu o suprimento do mercado duas safras atrás, mas aconteceu também porque havia uma janela econômica de importação. Quem importou não deixou de ganhar dinheiro quando importou. Houve uma janela positiva de importação. O custo do etanol nos Estados Unidos sem subsídio conseguiu entrar no Brasil com o nosso custo aqui.

Portanto, como foi falado pelo Padua e pela Maria Christina – pode passar, por favor –, nós tivemos alguns problemas estruturais e muitos problemas conjunturais que fizeram com que a elevação do custo de produção no Brasil atingisse patamares altamente indesejáveis. Primeiro, pela crise financeira internacional de 2008, que sumiu com o crédito, pegou muitas empresas alavancadas. E essa dificuldade de crédito retratou..., está no baixo investimento de renovação de canal, que jogou a produtividade lá para baixo.

Pode passar mais, por favor.

Nós tivemos eventos climáticos que também diminuíram a produtividade.

Pode passar.

E nós tivemos alguns aumentos de custo, como custo da terra, insumos, despesas trabalhistas, que também provocaram aumento de custo. E essa conjuntura de fatores levou basicamente a esse cenário que estamos vivendo hoje, de perda de competitividade do etanol, não só no mercado interno, como também no mercado externo.

Próximo, por favor.

Os custos elaborados pelo Pecege, da ESALQ, que é uma escola renomada de agricultura no Estado de São Paulo, da USP, apontam que o COT (Custo Operacional Total), sem incluir aí os custos de investimento e de remuneração de capital, apontam para patamares de custos da ordem de US\$93,00 por barril de etanol.

Acho que aí reside, talvez, o maior problema que estamos enfrentando.

A solução passa por retomar os ganhos de produtividade, retomar a eficiência que esse setor apresentou ao longo da sua história, que saiu de um patamar de produção, quando foi criado o Pro-Álcool, da ordem de 3 mil litros por hectare, ou 2,8, 2,2 mil litros por hectare; para a média Brasil, 6 mil ou seis mil e pouco; São Paulo, 7 mil, e alguns locais com 7,5 mil, 8 mil litros por hectare.

O caminho que foi mostrado pelo Padua, que o CTC está desenvolvendo para se chegar àqueles 24 mil, certamente é um caminho vital para que esse setor recobre a importância que tem.



Pode passar, por favor.

Aqui, neste gráfico, mostro como tem sido a evolução dos custos, dos preços. O preço da gasolina...

Aqui, as barrinhas são o preço do etanol; aqui, o preço do petróleo; e, ali, o preço da gasolina na refinaria. Então, veja que, em alguns momentos, o preço da gasolina está acima do preço do álcool e, em alguns momentos, está abaixo.

E aqui, álcool anidro. Se for álcool hidratado, essa barrinha baixa mais um pouco. Estas áreas brancas aqui aumentam, e essas áreas verdes aqui acima, dando o preço da gasolina, diminuem.

Então, não é o preço da gasolina o único vilão da história, como tem se dito por várias vezes. Há um conjunto de fatores que estão levando a essa perda de competitividade. O preço da gasolina impede que o aumento de custos seja repassado para o preço final do produto, e alguns custos estruturais, como os aumentos dos custos trabalhistas e a momentânea perda de eficiência da implantação da renovação de canavial, certamente necessitam e necessitariam ser incorporados ao custo para refazer as margens.

Os custos conjunturais não podem ser tratados como custos estruturais. São necessárias medidas? São necessárias medidas para conter e compensar esses aumentos de custos estruturais. Várias delas estão sendo tomadas. Muitas foram solicitadas pelo setor, alguma coisa foi feita, outras ainda estão em avaliação e outras não serão feitas da forma como solicitadas.

Pode seguir, por favor.

Sobre os custos ainda, aqui é o preço da cana na esteira, desde 2008, no momento com 97%. Comparado com o IPCA, 29%; comparado com o petróleo, 44%; comparado com o custo de óleo de soja, 14%. Então, temos que nos debruçar fortemente na retomada da eficiência dos custos de produção. Sem isso, não vamos conseguir ganhar mercado, não vamos conseguir ganhar mercado internacional, vamos ter muita dificuldade de competir no mercado interno.

Pode seguir, por favor.

Da tributação, apesar da redução da Cide para zero, aqui é tributação federal. A tributação federal está transformada para uma eficiência de raios por 100 quilômetros, temos a tributação federal do etanol menor do que a tributação federal da gasolina. Aqui estão Cide, PIS/Cofins. Aqui, tenho que fazer uma observação. A Cide, por natureza, é um imposto regulatório, embora tenha trazido no passado uma arrecadação muito boa, precipuamente é um imposto regulatório, que deve ser usado e aplicado para ajustar as condições de mercado quando assim determinar. O PIS/Cofins é um imposto arrecadatário, é uma contribuição arrecadatária para a Previdência. A finalidade das duas contribuições é diversa: uma é regulatória e a outra é arrecadatária. No caso do etanol, a Cide é zero desde a sua criação. Então, o imposto regulatório aplicado ao etanol era 28%



quando foi lançado na gasolina, depois abaixou para 26%, depois para 23% e foi abaixado para zero agora, com o intuito de regulação de mercado, de se evitar o aumento de preços à sociedade. O imposto do etanol, que é só o PIS/Cofins, não é um imposto regulatório, portanto está inalterado até o momento.

Pode ser mexido? Pode. Essa é uma decisão que o Governo está avaliando. É fácil? Não é fácil. Entra toda a questão da eficiência fiscal do Governo, e a área econômica tem se desdobrado para atender os pleitos mais diversos que existem, mas dentro da coerência e da estabilidade monetária e fiscal do País.

Pode passar.

Aqui é a alíquota do ICMS dos Estados. Observamos que os Estados... Aqui é o preço das capitais dos Estados. Aqui é a carga tributária dos Estados produtores, normalmente menor do que a dos Estados não produtores. Por que isso? Porque a Cide e o PIS/Cofins são alíquotas em reais por metro cúbico, enquanto o ICMS é uma alíquota percentual. Portanto, quando aumenta o preço do combustível, aumenta a arrecadação do ICMS, porque é um percentual sobre o preço final de venda do produto. E o PIS, o Cofins e a Cide, que são os impostos federais, não são percentuais. Então, o aumento do preço do combustível não aumenta a carga tributária.

Da forma como está sendo feito, gradativamente, com o aumento de preços que tem sido verificado, não deixa de estar havendo uma desoneração, por parte da União, dos encargos sobre os combustíveis.

Próximo, por favor.

Aqui é a composição do total da tributação. De novo são esses Estados aqui – São Paulo, Paraná, Goiás, Bahia – que têm uma alíquota de ICMS menor, o que faz com que a carga tributária nesses Estados seja menor para o etanol e, nos demais Estados, para a gasolina.

Por favor, pode passar.

O que o Governo já fez? Parece que o Governo não tem feito muita coisa, pelo menos pelas falas e pelas notícias que se lêem. Primeiro, há um pacote de incentivo a investimentos na sustentação da produção, com taxas extremamente atrativas. O etanol está dentro do PSI do BNDES, com taxa de juro de 2,5% anuais, que nos parece ser bastante atrativa.

Não há tributos nesse capital. Não há IPI, o PIS/Cofins é recuperável, então já existe toda uma parte de desoneração de tributos, de bens de capital, que dá diretamente impacto nesse setor.

Ainda talvez seja possível pensar em um regime especial de PIS/Cofins para as unidades produtoras de etanol. Já existe para as unidades que têm cogeração de energia elétrica, mas ele não se estende à parte dos bens adquiridos para a produção de etanol. Essa é uma proposta que está colocada, mas está ainda em avaliação.



Os implementos agrícolas, tratores, caminhões, está tudo dentro do PSI, desonerado.

Foi feita uma linha de crédito para financiamento de estocagem. Está aqui. À época do lançamento, foi negociada com o setor. As bases lançadas à época foram discutidas e a sinalização era de que elas eram bastante atrativas, à época. Não houve uma tomada desse crédito do tamanho que se poderia, porque provavelmente os preços se mantiveram altos e não houve uma atratividade econômica para isso.

Mas, Luiz Custódio – já que você está cochichando aqui no meu ouvido –, a base da linha foi negociada com o setor privado. Nós chamamos o setor privado aos Ministérios, apresentamos quais eram os parâmetros da linha que estava sendo lançada, e então houve uma concordância com essa linha. Seis ou oito meses depois, na época da tomada, não se tomou todo o dinheiro, que está disponível lá para ser tomado.

A depreciação acelerada entrou no plano Brasil Maior; portanto, abrange o setor sucroalcooleiro – a depreciação acelerada dentro do Brasil Maior.

A linha de renovação de canaviais (Prorenova), uma linha que nunca existiu, pública, específica para a renovação de canavial, foi lançada no ano passado. Eu participei de uma discussão com o setor sobre a conveniência de se lançar essa linha, porque é a maneira mais fácil de aumentar a produção de cana no curto prazo. Então, essa linha foi lançada com R\$4,5 bilhões disponíveis para a renovação de canavial. Parte dessa linha não foi tomada. Reclamou-se um pouco das condições do BNDES e me parece que as coisas caminharam, melhoraram; acertaram, tiraram algumas arestas. Agora, no princípio de dezembro, o BNDES está convocando vários atores para uma reunião para reavaliação do Prorenova, exatamente para facilitar a retomada do procedimento na safra que se inicia.

Quando houve a mudança da legislação e o etanol passou a ser regulado pela Agência Nacional de Petróleo, a ANP fez uma regulamentação – tentou-se fazer no passado, mas não era possível, porque um dos agentes contratados não era regulado pela Agência – que estabeleceu um mecanismo para estimular a contratação do etanol anidro para a safra. Era um pleito apresentado também pelo setor. Isso foi feito, não exatamente da forma como requerido, porque a regulação tem que atender a todos os segmentos que são envolvidos. A regulação não pode atender exclusivamente aos interesses de um segmento regulado.

Foi a primeira safra em que essa contratação aconteceu, essa safra que está terminando agora. Está se reavaliando melhoria nessa regulamentação para a próxima safra.

E a implementação de um mês de diálogo permanente, como já citei, para nos reunirmos com o setor privado mensalmente e, quinzenalmente, em períodos mais agudos, para termos uma avaliação das condições do setor, dos



problemas, da garantia do abastecimento, dos compromissos de produção, dos compromissos de abastecimento.

Eu acho que esse diálogo, apesar de distribuidores de combustível e usinas conversarem e negociarem há mais de 30 anos, acho que foi uma oportunidade bastante interessante botá-los na mesma mesa para cada um falar um pouco dos seus problemas, das suas dificuldades, entender um pouco melhor o que foi feito.

Pode passar.

Por fim, uma consideração final: o efeito renda provocou uma demanda acelerada por combustíveis, o que é uma dor de cabeça boa, quer dizer que estamos crescendo. A perspectiva de aumento do etanol nos próximos dez anos é que talvez tenhamos que triplicar a produção e o Governo entende que essa é uma medida que deve ser buscada. Tanto assim que, no planejamento decenal, nós planejamos dessa forma. As tecnologias de segunda geração são importantes, porque vão aumentar a competitividade, aumentar a produtividade desse setor. Diga-se de passagem, foi lançado também o programa de sustentação e inovação do setor sucroalcooleiro, que está colocando recursos a fundo perdido, financiamentos de Finep, para projetos de inovação em segunda geração.

Eu não tenho de cabeça o número, mas é alguma coisa em torno de R\$5 bilhões, se ao me falha a memória, que está nesse programa.

Nós tivemos uma significativa perda de competitividade por custo de produção – esse é o ponto principal que nós temos que atacar. A política de preços da gasolina não pode ser responsabilizada como a vilã, até porque, hoje, a defasagem de gasolina está da ordem de 20 centavos.

O setor apresentou aqui que precisa de 40 centavos para viver. Então, não é só o preço da gasolina que resolve esse problema. Esse problema se resolve por muitas outras medidas que precisam ser tomadas. E a clareza do entendimento da real situação do setor, para que a gente possa tomar as medidas conjunturais e estruturais no tamanho certo da necessidade.

Acho que é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PDDB – MS) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Dornelles.

De imediato, passo a palavra, como o último orador convidado, ao Sr. José Gerardo Fontelles, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES – Sr. Presidente da Comissão, Waldemir Moka, Srs. Senadores, demais participantes desta reunião.

Na realidade, dentro do contexto do Governo, nós somos responsáveis pela parte agrícola. O produto tem uma gama de destinos que tornam as relações bastante complexas, que a cana-de-açúcar – especificando



um único produto – gera alimento, energia, combustíveis e, portanto, a interface dentro do Executivo tem que conduzir para um processo de convergência.

Qual é a nossa preocupação efetiva no contexto da produção? Primeiro, estabelecer um parâmetro no conceito de sustentabilidade para o geral. Ou seja, há um questionamento permanente de que não se pode em detrimento de alimentos, produzir energia e combustível. Então, o princípio que norteia a política agrícola, que é o tripé econômico, ambiental e social também vale para a área de combustível e bioenergia. Então, essa é a aplicação fundamental dentro do contexto da política agrícola. Esse é o fator que orienta a ação do Ministério da Agricultura na formulação da sua política agrícola, em equilíbrio com as destinações que serão geradas desses produtos.

Se consideramos o que se pretende dentro do contexto que se coloca na gestão total da relação do Poder Executivo com o setor e das necessidades da sociedade para isso, é preciso – e isso nós estamos fazendo – dar ao setor condição de ter disponíveis os meios para que ele possa induzir o crescimento dessa produção. Então, dentro desse contexto, o que fizemos? Vamos fazer um programa plurianual de produção de cana, tendo por princípio a recuperação do *status quo* existente em 2008, trabalhando basicamente dentro da linha de estabelecer a capacidade instalada existente, pois existe uma ociosidade.

Se nós considerarmos o que existir de demanda em 2008, o que estava previsto de instalação de usinas – e que parece que só uma foi instalada e mesmo assim operou –, essa era a preocupação.

Tem um programa plurianual que nós vamos fazer avaliação e tornar esses mecanismos permanentes de modo que o produtor possa disponibilizar esses mecanismos para alavancar as suas produções. Foi estabelecida essa meta e, fundamentalmente, independentemente da situação, é preciso verificar quais são as prioridades no sentido da pesquisa tecnológica, tanto para variedades de cana, como a organização principalmente dos fornecedores de cana – nós estamos fazendo um trabalho no Nordeste, que está sendo acompanhado pelo Alexandre – para tentar organizar esse setor. E fazer aquilo que o Governo é obrigado a ter como fundamento na área agrícola: ter os mecanismos permanentemente disponíveis e melhorar a capacidade competitiva pela melhor adequação da produtividade no caso da cana-de-açúcar. E em cima desses instrumentos, haverá condição, trabalhando para aumentar a produtividade, para aumentar a competitividade do setor, estabelecer prioridades de variedades que devam ser pesquisadas, tanto na área de cana-de-açúcar, como na área de outras espécies vegetais para biodiesel.

Estamos estabelecendo esses fundamentos de modo a dar uma universalização de alternativa de espécies vegetais para biodiesel, porque hoje 86% de biodiesel são produzidos a partir do óleo de soja.

Estamos fazendo um trabalho extremo no sentido de proporcionar a esses produtores as condições mínimas de alavancagem da sua produção.



Outra coisa que fizemos em 2009: o mundo inteiro se volta contra o Brasil dizendo que estamos invadindo os biomas, que nós estamos plantando cana dentro da Amazônia e tal. Fizemos o zoneamento agroecológico da cana e da palma e temos condições... hoje nós ocupamos mais ou menos 8,5 milhões hectares com cana-de-açúcar. E o zoneamento agroecológico dá condição de aumentar isso em até 63 milhões de hectares sem comprometer a produção de alimentos. É nesse foco que nós estamos sempre trabalhando. E estamos fazendo questão de chegar onde vamos mostrar que o zoneamento não está afetando absolutamente nada no conceito de alimentos. Eu falei em óleo para produzir biodiesel, mas hoje basicamente nós não consumimos óleo de soja como alimento. E isso até ajuda um pouco porque gera farelo para a pecuária e dá condição de sobrevivência. Quando foi feito o zoneamento, houve uma exigência com relação aos biomas na Amazônia que existem em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Pantanal. O que nós estamos propondo? Já está negociado isso. Primeiro: irrigação plena, que não era permitida no Semiárido nordestino e isso nós estamos concordando. Estamos em convergência com o Ministério da Integração e esse documento já está circulando para que se possa permitir que os projetos que se desenvolvam no Semiárido possam ser plenos em irrigação.

A mesma coisa nós estamos fazendo para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na Amazônia, em que também não era permitido, de modo que onde já existia área devastada, onde se possa plantar cana, possam se instalar as usinas e isso permita que mantenha-se o nível de emprego, que é substancial na região nessas áreas; infelizmente, o zoneamento impediu isso, mas nós estamos restabelecendo isso e a coisa já está bastante evoluída nesses dois temas: para os biomas naquilo que foi devastado, onde já existe cana plantada; e no Semiárido nordestino. Atende, inclusive, um dos itens do requerimento que o Senador ou não sei quem foi que propôs.

Nós temos o zoneamento da palma. Houve um cuidado muito grande quando da elaboração do zoneamento, pois havia muita pressão e tal. Mas o que se verifica é que há condição de expansão, sem afetar o fato de produção nacional. Esse é o foco sobre o qual a agricultura está trabalhando. Primeiro: manter mecanismos permanentes de modo que, se o produtor resolver ampliar sua área, renovar canavial, como o Dornelles falou, vai estar sendo estudado no BNDES o mecanismo do Prorenova, de modo a que esteja disponível.

Nós temos conversado dentro do Governo no sentido de convergir os interesses em benefício da sociedade como um todo, quer sejam consumidores, quer sejam produtores. Esse é o fundamento que está norteando os trabalhos do Executivo na área da produção agrícola.

Era isso que eu queria informar para os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra, como autor do requerimento, ao Senador Benedito de Lira. Em seguida,



ao Senador Sérgio Souza, para que V. Ex^{as} possam questionar e também a questão do encaminhamento. Vocês sabem que às vezes eu sou um crítico das audiências públicas porque eu acho que elas precisam existir, mas elas têm que terminar com um encaminhamento. Na maioria das vezes isso não ocorre e, como eu sou um tipo angustiado com isso, acho que a gente tem que discutir a coisa e, no final, tem que haver uma amarração disso para que haja continuidade. Se não a gente fica perdido.

Mas o assunto é importante. Acho que o Senador Benedito de Lira ao convocar a audiência pública, nós pudemos perceber aqui, sobretudo pela fala da Sr^a Maria Cristina, a dificuldade que há para o produtor de cana. Tudo bem, a indústria tem problema e tal, mas o produtor... E se não houver uma política e a gente não conseguir sinalizar que isso vai acontecer, que vai melhorar, o que nós vamos ter aqui, já, já é um desabastecimento, porque o produtor não vai continuar produzindo se ele tem um prejuízo de quase R\$10,00, segundo colocou a Sr^a Christina.

Então, com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Senador Moka, meu caro colega Sérgio, queria cumprimentar os palestrantes na pessoa do companheiro do meu Estado Pedro Robério, no que diz respeito à iniciativa privada. Cumprimento os representantes do Governo na pessoa do Dr. Ricardo e do Dr. José Gerardo Fontelles.

Quando eu, em determinado momento, Presidente, conversava com o Senador Sérgio, considerando o Projeto 219, de 2010, do qual ele é relator, sobre o marco regulatório, nós discutíamos exatamente o caminho para que pudéssemos ter um encontro com o setor produtivo sucroalcooleiro do Brasil. O meu Estado, que eu vou tomar como referência, embora seja o penúltimo Estado da Federação, sempre foi ousado, tornou-se, por muito tempo, o segundo maior produtor de açúcar e de cana do Brasil, perdendo apenas para São Paulo. O tempo passou, foi despertado o interesse de outras regiões, começando por Minas Gerais, depois chegando ao Paraná e agora no Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul.

Pois bem. No Estado de Alagoas, que, há algum tempo, tinha a sua base de sustentação econômica na cana-de-açúcar – era quem dava sustentação à economia do Estado e consequentemente à vida do Estado –, diversas unidades depois, com o tempo, foram se depreciando e fechando.

Eu ouvi, com muita atenção, o clamor, considero assim, Dr^a Maria Christina, porque isso nós temos ouvido também dos pequenos e médios produtores de cana do meu Estado, que praticamente estão em fase de extinção lá, porque, infelizmente... Eu achei interesse a posição do representante Dr. Ricardo Gusmão. Eu dizia para o Senador Sérgio que a coisa está boa. Acho que está havendo uma reclamação desprovida, porque o Governo está fazendo tudo e logicamente não sei como é que só agora eu me assustei quando o Antônio me



falava que mais de 40 unidades industriais só na região de São Paulo fecharam. Dezenas de indústrias do setor estão na recuperação judicial. E o que é isso? É incapacidade? É incompetência dos que cuidam do setor ou é falta de política pública para o setor?

Falta de políticas que o Governo... Eu me lembro muito bem quando o Presidente Lula saiu – não ocupou o espaço, por exemplo, de embaixador – pelo mundo vendendo esta perspectiva: produção de etanol. Até dizíamos, naquela oportunidade, que aqui íamos virar o mundo do petróleo. A Opep... Teríamos que dar uma sigla para o etanol que nós íamos produzir, porque ninguém tinha mais capacidade de produção do que nós e com especialidade, com a faixa territorial que temos, capaz de produzir. E me assustou os dados que aqui vieram dos Estados Unidos, que produzem milho, não têm cana, que tiveram uma capacidade de produção extraordinária. Os Estados Unidos têm planejamento, planejam as coisas para elas acontecerem. O Brasil não planeja, não tem planejamento.

O setor sucroalcooleiro brasileiro tem tanta importância como qualquer outro setor industrial. Eu vejo, por exemplo, que frequentemente chega ao conhecimento do Congresso Nacional, e mais especificamente desta Casa, o Governo brasileiro, toda semana, aliás de dois em dois meses, renova os incentivos para preservar o emprego na indústria automobilística nacional e na indústria branca.

O setor sucroalcooleiro, no meu Estado, Dr. Ricardo, empregava mais de 200 mil pessoas; mais de 200 mil pessoas viviam do emprego da cana-de-açúcar. Hoje nós temos verdadeiros flagelos. A cidade de Maceió, por exemplo, que é a penúltima capital de República, é a quinta capital em residências faveladas. Por quê? Porque o homem do campo, o homem que vivia cortando cana lá na região da mata do meu Estado, migrou para os centros maiores, especialmente na capital, vivendo na favela, na miséria.

Eu conversava muito com o Pedro, um companheiro do meu Estado, em relação a essa preocupação que nós tínhamos com o setor. Eu não fazia a imagem do setor em São Paulo, considerando, Moka, a qualidade das terras, a melhor condição para o plantio da cana em relação ao Nordeste, por exemplo, onde se planta cana nas encostas, nos elevados e no tabuleiro, em terras de pouca qualidade. Realmente, os investimentos no setor, a meu ver, carecem muito de ação. Precisamos ter um projeto de Estado, e não de governo.

Mas eu lamento profundamente, meu querido Presidente Moka, dizer que não temos esse projeto nem de Estado nem de Governo. Algum tempo atrás, existia um subsídio para atender os pequenos produtores, subsídio esse que praticamente foi extinto, acabou, no governo do Presidente Lula, com aquela hipótese que não era para dar dinheiro a usineiro. Eu ouvi aqui o clamor da Maria Christina, que plantam, colhem, melhor dizendo, mais de 127 milhões de toneladas de cana. Será que essa parcela da população que produz, que gera emprego, que gera renda, que gera riqueza não merece nada?



O BNDES dá dinheiro para empréstimo – a senhora falou muito bem. Nós vivemos um clamor terrível com os pequenos produtores que estão perdendo as suas terras porque eu nunca ouvi dizer, só aqui no Brasil é que se faz agricultura, que se produz alimento com juros de mercado, e muitas vezes até juro maior do que de banco privado. Daí esse volume considerável de ações de execução. E a gente toda hora aqui pleiteia uma definição do Governo em relação aos pequenos produtores de feijão, de milho, de arroz, de batata, enfim, de produtos de primeira necessidade. Mas o Governo não tem como... Um dia desses, em uma reunião com o Ministro da Fazenda, praticamente disseram que o Governo está precisando de ajuda, porque ele contou uma história tão difícil, que não podia fazer com que os pequenos produtores, que estavam com suas terras sendo executadas e perdendo 10, 15, 20 hectares de terra, muitas vezes, um oficial de justiça vai lá penhorar uma bicicleta, uma moto... Quer dizer, são essas coisas que a gente vê no setor primário do nosso País.

Diferente não tem sido no setor sucroalcooleiro, que era um setor pujante e hoje, na verdade, está em um processo de total declínio. Precisamos pedir a Deus para que, daqui mais uns anos, mais 40 indústrias em São Paulo ou em outros Estados... Agora mesmo, conversava com o Senador e perguntei-lhe sobre a situação no Paraná, que é um Estado pujante. Ele disse que quatro já fecharam. No meu Estado, já são mais de 20 fechadas, e muitas delas no caminho da recuperação judicial. Como acabou de dizer o Dr. Pedro, um grupo forte de Alagoas, que tinha mais de 50 anos, entrou em processo de recuperação judicial e recentemente foi decretada a sua falência. Cinco indústrias com mais de 40 mil empregados.

Então, eu pergunto: o setor está bom? O que é preciso ser feito? Como é que vamos...? Quais são os caminhos? O Governo que tem a responsabilidade de gerir o setor de energia, de energia alternativa, com o etanol, com o álcool, com o que for, infelizmente está passando por algumas dificuldades, dificuldades essas que precisam ser localizadas, definidas e encontrados os caminhos. “Ah, está tudo bem, está tudo ótimo!”. Às vezes, dizem que o setor está querendo mais do que o que pode, que pede mais do que precisa. Não é por aí.

É como disse o Moka. Eu também, Moka, tenho sido muito reticente em relação às nossas audiências públicas. Nós fazemos as audiências públicas, aqui vêm as pessoas com a melhor boa vontade, fazem suas exposições, há interesse por parte de Senadores em relação às atividades produtivas do País, mas infelizmente as coisas não acontecem, não andam. Mas não andam por quê? Porque há uma série de entraves, uma série de entraves. E eu queria, nesta oportunidade, cumprimentar todos que aqui vieram.

Eu estava conversando aqui com o Senador Sérgio que é preciso – e ele está disposto a fazer isso, talvez até antes de encerrar o ano legislativo – fechar o relatório do marco regulatório do setor, para que a gente possa realmente ter uma política que atenda as necessidades do País. Eu imaginava, Moka, no



momento em que surgiu o Pro-Álcool, o etanol, que nós iríamos ser exportadores, mas pelo caminho que estou vendo, vamos é importar. Aliás, já estamos importando não apenas a gasolina – e se dizia que éramos autossuficientes em petróleo –, mas, além de bilhões e bilhões de gasolina, também o etanol, quando se produz o etanol com o milho, com a beterraba. Nós temos essa vasta extensão territorial com capacidade de produzir bilhões de toneladas de cana-de-açúcar para produzir etanol com menos custo, mas o custo Brasil infelizmente é esse que vimos aqui.

Então, eu queria cumprimentar a senhora pela determinação e pela maneira como a senhora expôs, como se fosse um desabafo. É preciso, Dr. Ricardo, que o Ministério de Minas e Energia, que é o responsável por tudo isso, realmente, reveja os parâmetros de ação, para que a gente não possa, amanhã, ver o que está acontecendo: a cada dia, mais usinas fecham, a cada dia, mais empregados ou mais retirantes, com uma foice de cortar cana e o boral nas costas, pelas estradas nas propriedades em direção às pequenas, às médias e às grandes cidades. Para quê? Para, amanhã, entrar no processo da marginalização, porque não tem como sobreviver nos grandes centros. Porque onde ele estava, infelizmente, não pôde continuar.

Quero dizer aqui aos senhores que vamos continuar lutando por isso. Vou continuar conversando com o Sérgio. Vou continuar conversando com o setor para que a gente possa cobrar do Governo ações efetivas que, na verdade, parem com essa – e vou dizer um termo bem... – desgraça que estamos vendo no setor sucroalcooleiro do País. Que seja dado um tratamento ao setor igual ao tratamento que é dado aos outros setores industriais. Se está sendo dado alguma coisa, que se dê mais, para manter o homem no campo, que é quem produz o alimento, e não podemos viver sem alimento. Nós, que vivemos na cidade, temos que depender de quem está lá no campo.

Querida agradecer e, inclusive, cumprimentar a todos por essas manifestações que fizeram aqui.

Confesso que, se for fazer formulação, é nunca terminar. Confesso: particularmente, não estou satisfeito com as ações que o Governo tem desenvolvido para atender o setor. Não estou! Ou, então, precisamos fazer uma reengenharia de tudo para ver onde está a incapacidade. Está em quem está quebrando ou fechando ou não tem ação do Governo para que as coisas aconteçam? Que evitemos que fechem as usinas, que quebrem, porque isso não é gasto, mas investimento. É o mesmo que dizer que não podemos investir muito em educação porque é gasto para o País. Não! Isso é investimento. É a mesma coisa. Manter o emprego na cidade é tão importante quanto manter o emprego na zona rural. É isso que estamos querendo que aconteça.

Meu querido Presidente Moka, V. Exª tem sido um dos guerreiros, um dos batalhadores nesse setor primário. Apesar da sua atividade, da sua profissão de médico, você é mais agrônomo, técnico agrícola, preocupado com a



agricultura do que com a medicina. Se estou falando inverdade, me corrijam, porque nunca vi você colocar tensiômetro no ouvido para atender aqui a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Você vai me deixar mal com os meus colegas médicos do Mato Grosso do Sul.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Mas eu o vejo toda hora agarrado com a picareta, com a pá, com a estroenga, cuidando da agricultura do meu País, que é, na verdade, a fonte de desenvolvimento, de alimento, de renda e de bem-estar.

Se a agricultura estiver bem, a população brasileira vai bem; se ela vai mal, as coisas não estão acontecendo da forma como precisávamos.

Por isso, faço um apelo a V. Ex^a, como representante do Ministério de Minas e Energia, porque se eu disse que está tudo bom aqui, que não está faltando mais nada, faça mais! Porque isso que está aí não atende, não está atendendo exatamente as necessidades do setor para que ele possa sobreviver.

Queria cumprimentá-los mais uma vez e agradecê-los pela presença.

Vamos continuar conversando: Ministério da Agricultura, Ministério de Minas e Energia, setores produtivos, para que a gente possa encontrar um caminho para evitar uma catástrofe mais à frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentar todos os convidados que compareceram. Isso demonstra claramente que há um interesse muito grande em acharmos uma solução; cumprimentar também o Presidente da Alcopar, que é a entidade que representa o setor no Paraná, meu amigo Miguel Tranin, que está aqui com a gente, e fazer uma breve reflexão sobre a nossa audiência, até mesmo, Senador Moka, para que a gente passe a direcioná-la para uma finalidade de resultado.

Dois pontos muitos claros que vi aqui é que o Governo manifesta uma necessidade de aumento da produção, inclusive triplicá-la nos próximos 10 anos, e o setor demonstra que isso é possível de acontecer, em especial pelo etanol de terceira geração, porque praticamente dobraríamos a produtividade somente com esse mecanismo. No entanto, para que isso aconteça, tem de haver atratividade econômica. É assim. Estão fechando usinas. No meu Estado, havia nove cooperativas do setor sucroalcooleiro, mas hoje só existem três cooperativas, pessoas que plantam, cultivam a própria cana e a industrializam. Mas é econômico. A partir do momento em que não há mais interesse econômico, que outra atividade agrícola possa ser mais rentável, Dr^a Maria Christina, vão migrar.



A soja hoje tem uma rentabilidade muito maior do que a cana. É fato isso. A competitividade aí, até mesmo pelo ciclo rápido da soja, que passa a ser mais viável, então, estamos vendo, no Estado do Paraná, em muitas regiões, a soja avançando e a cana indo para regiões, avançando sobre as áreas de pastagens. Por um lado, é bom, porque está havendo recuperação, principalmente pelo Plano ABC, o Prorenova tem ajudado muito nisso, o Plano ABC também tem ajudado; e agora, mais recentemente, no entendimento da AGU com a Casa Civil e o BNDES foi reescrito o parecer que falava da possibilidade de utilização de parcerias agrícolas, arrendamento para o Prorenova, principalmente para as empresas estrangeiras que têm se instalado no Brasil nesses últimos anos e que não tinham acesso a esse programa. Acredito que vamos aumentar consideravelmente a utilização dos recursos do Prorenova para recuperação de canaviais.

Mas, então, o fato é este: há uma evidente... O Brasil está crescendo. Somos hoje um País em desenvolvimento e vamos ser desenvolvidos amanhã. Então, está cada vez mais próxima essa questão de sermos um País desenvolvido.

O Senador Benedito de Lira falou uma coisa bastante certa: há um crescimento por vontade própria de cada um. Não há uma organização, uma linha, um planejamento dizendo que queremos triplicar a produção de etanol no Brasil para um consumo próprio, para uma sustentabilidade da economia e para regular até mesmo o mercado, mas como vamos fazer isso em um planejamento de longo prazo que seja uma linha reta subindo, e não esses gráficos que vimos aqui nas explanações, porque isso é temeroso. Realmente, a questão é de mercado.

Como encaminhamento, vamos ter, na próxima semana, quarta-feira, às 14 horas, aqui nesta Comissão, mais uma audiência, essa mais específica, para instruir o PLS que trata do marco regulatório do setor dos biocombustíveis. Nesta Mesa, estarão, Dornelles, além da ANP, a Fazenda, a Casa Civil, que são convidados, novamente o setor sucroalcooleiro e também o setor do biodiesel. Essa é a nossa intenção.

Queria sugerir e deixar a todos que participam dessa audiência, eu sou o Relator desse marco regulatório dos biocombustíveis. Sabemos que muito – o Dornelles já conversou comigo sobre isso – daquilo que está ali já foi atendido por algumas medidas provisórias, mas precisamos agora dar uma reformulada e entender as necessidades do setor, as possibilidades de Governo, mas planejar o nosso futuro. Quando falamos em marco regulatório, estamos pensando não em 10 anos, mas em 30, 40, 50, talvez um século. Acho que precisamos, de fato, fazer isso. Não podemos perder a oportunidade. O momento é oportuno. São nas dificuldades que nascem as esperanças e as soluções para resolvermos os problemas.

Então, na semana que vem, temos mais uma audiência pública para tratar exclusivamente do PLS, que é o marco regulatório do setor e, logo em



seguida, pretendemos apresentar o relatório e, se der tempo, votá-lo ainda esse ano.

Espero as sugestões tanto do Governo quanto do setor para que possamos fazer um Projeto que atenda de forma isonômica a todos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

Parabéns pela audiência pública, Senador Benedito!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vejo que há apenas considerações, não há nenhuma no sentido de que... Evidentemente, vamos ouvir aqui pelo menos as considerações finais.

Quero apenas sugerir, se o requerente, Benedito de Lira, e V. Ex^{as} concordarem, transformar isso aqui em documento. A mim me parece que, a curto prazo, de imediato, o que pode acontecer é o aumento do percentual que chamamos de mistura. Vamos fazer um apelo, porque acho que essa é uma questão que sinaliza para o setor. Aumentar o percentual sinaliza, porque significa que vamos ter que aumentar a produção. Ora, quem vai plantar cana já teria esse mercado garantido. Vamos sinalizar para isso – e o Dr. Dornelles poderia nos ajudar nesse encaminhamento – como prioridade. Enquanto isso, continuaremos a discussão.

Há algumas coisas aqui, mas até me permitam dizer que, no meu Estado, no Centro-Oeste, talvez a crise não seja tão aguda assim. Os senhores me permitam dizer. Conversei com o Roberto Hollanda, que é o nosso... E ele coloca isso de forma um pouco diferente. Acha que tem dificuldades e que precisamos conversar, que precisamos continuar conversando. É claro que o Mato Grosso do Sul é a última expansão e as condições são completamente diferentes. Mas penso que colocar um percentual, aumentar o percentual da chamada mistura é um caminho, a curto prazo, é uma sinalização do que vai ser feito. A gente daria a essa audiência pública, Senador Benedito de Lira, alguma coisa prática. Entre outras coisas que vamos continuar discutindo, achamos que, de imediato, o Governo precisa tomar a decisão, definir o aumento desse percentual, porque isso sinalizaria positivamente para o setor sucroalcooleiro. É uma sugestão.

No mais, fico realmente muito preocupado ao ouvir o desabafo. Dr^a Márcia, a senhora não sabe o esforço que foi para discutir essa questão do Código Florestal. Quando a gente fala dessa questão, novamente o Ministério Público Federal diz: “Não, não”. O Ministério Público Federal fica, sim, em cima, colocando ações e penalizando não o grande produtor, mas o pequeno, porque o grande produtor tem advogado. Esse tipo de coisa é importante que seja falado aqui para a gente... “Já veem esses ruralistas, e não sei o quê”. Não é verdade isso!

Há um acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, mas o Ministério Público Federal, porque a legislação é federal, vai lá e



ajuíza ação contra os pequenos produtores, que, muitas vezes, não têm nem alternativa para se defender daquilo. São essas coisas que precisamos... Aí vem as exigências: tem que mecanizar, não pode queimar. A hora que coloca isso daí, o custo de produção vai lá em cima. São essas coisas práticas...

Longe de mim defender alguma coisa que não seja de preservação. Sou de um Estado que em o Pantanal, e nós nos orgulhamos disso, porque 70% do Pantanal são preservados. E há quem vai lá e ainda acha alguma coisa de errado. Criamos boi lá há mais de 200 anos, e é, de longe, uma das áreas mais preservadas do País. E quem preserva isso? É o produtor rural.

São essas coisas que fazem com que se diga que o Moka é muito mais produtor que médico. É que a economia do meu Estado, como o seu, depende disso. Quando a agricultura e a pecuária vão bem, o mercado vai bem, o comércio vai bem. Quando o comércio vai bem, vende mais e contrata mais, e isso que faz girar a espiral da economia. É assim que há geração de emprego e renda.

Quero, ao agradecer, embora ainda vá conceder a palavra para as considerações finais, dizer que vejo dessa forma, meu caro amigo, Senador Benedito de Lira. Se me permitirem, a Comissão vai encaminhar à área do Governo que a forma mais prática de imediato – não vai resolver, mas vai amenizar, vai sinalizar positivamente – é que o Governo evolua para essa posição, é claro, ouvindo os técnicos. Ninguém está defendendo isso.

Na sequência, passemos às considerações finais. Peço que sejam breves, para a gente possa encerrar esta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Antonio de Padua Rodrigues.

O SR. ANTONIO DE PADUA RODRIGUES – Obrigado, Senador Moka.

Eu teria apenas uma colocação. O senhor acabou de fazer uma colocação importantíssima: há custos de produção que são administráveis. O setor consegue escolher uma boa variedade, fazer uma boa dosagem de adubação, comprar uma máquina adequada, tudo isso sempre buscando eficiência, redução de custo e otimização. Mas há itens de custos que são indiretos e que você não consegue... Você deixar de comprar óleo *diesel* quando aumenta o preço, ele influencia no seu custo. Você não vai conseguir reduzir o consumo de óleo *diesel* para reduzir o custo. Você também deixar de dar aumento para o trabalhador. Você tem que cumprir as normas ambientais, porque a questão das multas, das penalidades... O senhor não imagina o tamanho do passivo ambiental do Estado de São Paulo por causa da queima da cana-de-açúcar, sempre uma queima autorizada e uma queima controlada. Com tudo isso, não há ganhos de produtividade que faça com que o setor se mantenha competitivo.

Então, em parte, o setor poderia ter um menor custo de produção? Poderia. Mas eu diria para você, Dornelles, que 70% do problema ocorrem pela



política de Governo. Se 30%, um terço, do problema é do setor, eu reconheço do setor, sim, mas eu diria que dois terços são pela questão da política.

Coloca-se que a Cide era um imposto regulatório. Podia ser regulatório, podia ser arrecadatário, não me importa muito se ele é regulatório ou arrecadatário, o que me importa é que, quando a Petrobras vendia e incidia R\$0,28 no preço, ele chegava para o consumidor um pouco mais caro, e a simples retirada da Cide significou uma perda de R\$0,17 de competitividade no preço do etanol hidratado.

Reconheço que o Governo tem que se preocupar com a inflação. Se fez isso por um bem maior, foi muito bem feito, mas eu não poderia ter esquecido do produto concorrente do outro lado.

Só para finalizar, quando você coloca o planejamento de Governo, que sai de 21,9 para 61,6 bilhões de litros de etanol, tem, realmente, capacidade – o Senador Benedito falou exatamente isso –, é só uma questão de sinalizar para ver quem é que vai investir. Você fazer um planejamento indicativo, ele pode ser indicativo. Agora, tem lá 16 usinas, em 2016, não sei quantas usinas, em 2017... Não tem nenhuma, porque ninguém foi ainda comprar essa usina de bens de capital e, do momento em que ele decide investir, demora 4 anos para começar a produzir. Então, o planejamento é indicativo, mas você mesmo comentou que ele não vai ser cumprido.

O segundo ponto, eu diria aqui: se o Governo criar uma política pública que, dentro dos princípios, recupere a rentabilidade do setor, que preserve a rentabilidade do setor... O setor tem o compromisso de reduzir custo, de investir, está investindo em logística, e o setor tem a responsabilidade e o compromisso da contrapartida. Se o Governo quiser a contrapartida, se quiser criar uma política pública pela qual vão ter o benefício àqueles que investirem na produção, àqueles que se comprometerem com o etanol hidratado, para tirar essa fobia, essa coisa de ir para o açúcar na hora em que o açúcar vai melhor e ir para o etanol na hora em que o açúcar não vai bem... Não, vamos fazer um programa de que quem entra no etanol fica no etanol, para que ele tenha rentabilidade, para que mantenha o rendimento, porque, com certeza, ele não vai se decepcionar.

O setor está preparado para assumir um compromisso desde que isso seja transparente e haja uma previsibilidade. O setor não tem medo de assumir o compromisso de um mandato de produção de etanol para dar essa garantia para o Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Antonio.

Com a palavra o Sr. Pedro.

O SR. PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA – Presidente Waldemir Moka, ao final, o encaminhamento que V. Exª sugeriu não poderia ter premiado mais o esforço desse encontro. Duas coisas ficaram bem... Eu diria até



que houve dois encaminhamentos muito importantes: um é a proposta objetiva que o senhor pretende levar para a Comissão, que é da elevação imediata da mistura, um processo que já vem se arrastando há muito tempo; o segundo, é a fala do Senador Benedito de Lira, que, de forma muito resumida, atacou os pontos que estão sem resposta.

É bem verdade que os sete pontos que o Dr. Dornelles colocou como ações do Governo, em nenhum momento, em nenhum fórum, em nenhuma ocasião vão desconhecer que eles existem. Agora, eles perderam ou perdem o brilho na medida em que o tema principal, que é a competitividade, não foi encarada. Não adianta conceder linha de crédito para quem não pode pagar.

Então, acho que esse esforço pontual – essas ações ele até se esqueceu de outras também relevantes – mostra que o Governo não tem ficado inerte. Agora, estamos aqui impacientes exatamente com o distanciamento do foco da questão, que é a competitividade.

Foi dito aqui que é possível haver, de forma incontroversa, R\$0,20 de perda de competitividade, ao invés dos R\$0,40 que o setor vem dizendo. Então, vamos começar com os R\$0,20 e chegar aos R\$0,40, agora, não são R\$0,40, podem ser R\$0,20, mas também não dá nada. Então, alguma coisa, do ponto de vista econômico, para que o agente econômico, primeiro para os que vão entrar para expandir e para os que já estão.

Não quero que o Governo se esqueça de quem já está. Precisa expandir, precisa dá conta desse mercado. Agora, quem está vivendo há 400 anos isso, também precisa continuar, e aqueles que não têm capacidade de expansão ou não precisam expandir pelas fronteiras dos seus Estados.

De forma que, em nenhum momento, o Governo está parado. Agora, precisamos, com bem disse o Senador Benedito de Lira, mais. Não é mais, porque somos gananciosos não; é mais porque o assunto requer mais e não mais a mesma coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Pedro Robério de Melo Nogueira.

Quero passar, agora, a palavra, na sequência, ao Sr. Luiz Custódio Cota Martins, Coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético.

O SR. LUIZ CUSTÓDIO COTA MARTINS – Senador Moka, os que me antecederam já colocaram bem claro, mas queria deixar aqui para o Dornelles que não estamos contra as medidas colocadas. Só vimos que elas chegaram um pouco atrasadas, porque, sem dúvida alguma, o problema da estocagem evoluiu muito, mas se elas tivessem sido feitas lá atrás, haveria outra resposta. Como há atraso, às vezes, na hora em que chegávamos, já não havia condições de fazer estoque.

O Pró-Renova foi um dos melhores planos feitos ultimamente. Mas, infelizmente, hoje, não só por problemas de não pagar o financiamento, mas pela



deterioração das empresas, muitas não têm certidões para obter o financiamento, muitas não podem ir ao banco buscar o financiamento, porque já chegaram a um ponto em que não têm mais as suas certidões.

Quer dizer, acho necessária uma definição. Já que há esse plano de triplicar, de chegar a R\$60 bilhões, que sejam bem claras as metas a serem alcançadas e que se resolva o problema maior, no caso, da competitividade. Se não se resolver esse problema da competitividade, ninguém vai investir.

Então, não vai haver indústria nova, na medida em que é colocada no mercado hoje, 3,7 milhões de veículos novos no mercado. Quer dizer, foi lançada uma lei de incentivos à indústria automobilística, com vários incentivos, mas não se preocuparam com o problema do combustível, tanto que estão trazendo combustível de fora, e isso está agravando cada vez mais. Se continuar do mesmo jeito, não vamos ter logística de trazer essa gasolina de fora aqui para dentro.

Penso que, trabalhando com o Governo, já tivemos o exemplo da comissão tripartite, em que nós – Governo e distribuidoras – trabalhamos todos esses anos, acertando o problema do abastecimento, cada um dando a sua contribuição. Temos aí essa ligação que poderemos discutir mais, para chegar a uma revitalização do etanol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço também ao Sr. Luiz Custódio.

Passo a palavra à Srª Maria Christina Pacheco.

A SRª MARIA CHRISTINA PACHECO – Como representante dos produtores de cana independentes, eu gostaria de dizer que hoje temos 27% da produção de cana na Região Centro-Sul e queremos continuar produzindo. Temos toda a intenção, o conhecimento, o *know-how* e as nossas propriedades, mas precisamos ter uma luz de que isso vai ser possível.

Não é possível, como Vice-Presidente da Orplana, dizer ao produtor ir lá e pegar um financiamento. Os nossos preços estão caindo. Mês a mês, os preços estão caindo. Não posso dizer, porque tenho certeza de que, nas condições em que estamos hoje, ele não paga. E a propriedade dele ficará para o banco.

Não podemos deixar isso acontecer. Sentimos que ele está arrendando terra, saindo, indo para a cidade, virando marginal. Não é isso que queremos para o nosso País.

Como produtora de cana, nós queremos condições, queremos uma luz, para poder dizer ao produtor que ele pode pegar um financiamento que ele vai poder pagar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Srª Maria Christina.



Passo a palavra ao Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

O SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – Senador, o Governo não está satisfeito com tudo que já fez. Tanto é assim, que estamos permanentemente discutindo com o setor, e em reuniões internas de governo, tentando achar os melhores caminhos. Eles não são fáceis, porque envolvem um conjunto de fatores macroeconômicos, balança comercial, uma série de coisas.

Na área técnica, entendemos que o retorno do etanol, para esse patamar que estamos colocando no planejamento, é a melhor solução para o País. Agora, não conseguimos alinhar todas as posições. Existem conversas em vários níveis. Quer dizer, o nível técnico tem-se reunido com alguma frequência; o setor tem conversado com ministros, com secretários; estes secretários têm-se reunido, têm discutido, tentando achar as soluções.

Certamente, muito do que foi feito atendeu parcialmente aos interesses do setor. Muita coisa tem de ser feita ainda, e não estamos deitados em berço esplêndido, de forma alguma, sobre isso. Cada vez mais, precisamos encontrar um caminho racional de fazer com que esse setor volte a crescer. Não é bem assim, porque, na verdade, este setor, ao longo trinta e poucos anos, teve duas ou três safras que foram menores que as do ano anterior. O setor tem crescido. Nas últimas três safras, ele está crescendo. A cana moída está crescendo; 540, 580 e deve ir para 600 e pouco agora na safra que vem. Ele não está crescendo o que precisaria. É preciso achar o remédio que o estimule a crescer além daquilo que está crescendo. Ele teve uma safra em que houve redução, mas nas duas seguintes ele já cresceu e deve crescer 8% —se não me falha a memória — na próxima safra.

Para alguns problemas, devem ser tomadas medidas locais. A exemplo do subsídio específico para o fornecedor de cana, acho que houve uma renovação, se não me engano, Gerardo, são políticas que foram implementadas para atender algumas necessidades locais regionais, para que certamente num País com a nossa dimensão pode estar na média bem, mas tem um com a cabeça no forno e outro com o pé na geladeira.

Então, precisamos ter, para os que estão com o pé na geladeira, medidas de suporte diferentes da média nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O senhor teria dificuldade de que pudéssemos, aqui, por unanimidade, dizer que uma alternativa correta seria esse aumento do percentual da mistura. Queria ouvir, pelo menos, alguma coisa que você pudesse nos dizer.

O SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – Senador, na área técnica, essa discussão vem acontecendo com o setor e com a área técnica do Governo há algum tempo.

Na área técnica, já há uma sinalização positiva da adoção da medida, no sentido de partir para a próxima safra. Isso está em discussão na



hierarquia superior e passa por uma resolução do Conselho Ministerial do Açúcar e do Alcool, que é presidido pelo Ministério da Agricultura, que já tem a consulta formal aos Ministérios. Então esse é um processo que está em fase avançada. Claro que, se o Senado Federal, se a Comissão de Agricultura do Senado, manifestar uma posição de que isso é relevante, certamente isso ajudará a tomada da decisão definitiva, muito embora – repito – ela já está em andamento.

A forma mais adequada seria a Comissão fazer um ofício ou ligar diretamente para os quatro Ministros – o da Agricultura, o da Fazenda, o de Minas e Energia e o da Indústria e do Comércio – que têm de assinar essa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Penso que essa seria a grande tarefa, Senador Benedito: produzir um documento em que pudéssemos encaminhar a esses quatro Ministros que formam esse conselho, no sentido de agilizar essa decisão, que me parece tecnicamente madura – pelo menos é o que percebo da fala do representante do Ministério de Minas e Energia –, mas, vamos ouvir a área econômica, o Ministro da Fazenda, o da Agricultura e o Ministro realmente da área que seria o de Minas e Energia.

Acho que seria o papel do Senado como resultado prático desta audiência pública, no sentido de fazer com que essa medida seja acelerada.

Para encerrar, ouço com prazer, o meu amigo José Gerardo Fontelles.

O SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES – Bem, a nossa posição na agricultura é estar preparado, se vencidos os obstáculos aqui externados, possamos atender à demanda que surgir da área agrícola sem sobressaltos – isso foi isso que abordei na minha fala –, porque temos de estar preparados com instrumentos permanentes.

Resolvidos os impasses aqui externados, estaremos prontos para atender as demandas que surgirem no setor agrícola.

Coloco-me à disposição da Comissão no que for necessário e agradeço o convite.

Estou totalmente à disposição dos senhores e do setor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)